

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--------------------------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial -	88
---------------------------------	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	89
-------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91
--------------------------------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	11.942.103	10.586.556
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.396.448	1.269.585
1.01.01	Caixa	181.458	199.597
1.01.01.01	Caixa	181.458	199.597
1.01.02	Aplicações de Liquidez	2.214.990	1.069.988
1.01.02.01	Aplicações em Operações Compromissadas	2.214.990	1.069.988
1.02	Ativos Financeiros	9.167.774	8.956.447
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	270.566	274.507
1.02.01.01	Bancos Central - Recolhimentos Obrigatórios	270.566	274.507
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	8.897.208	8.681.940
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	703.697	731.500
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.041.481	1.041.071
1.02.04.04	Operações de Crédito	6.667.810	6.269.511
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-196.788	-178.618
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	681.008	818.476
1.03	Tributos	171.654	154.356
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	171.654	154.356
1.03.01.01	Créditos Tributários	171.654	154.356
1.04	Outros Ativos	13.687	6.753
1.04.03	Outros	13.687	6.753
1.04.03.01	Outros Ativos	15.487	8.553
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	-1.800
1.05	Investimentos	32	32
1.05.05	Outros Investimentos	32	32
1.05.05.01	Outros Investimentos	32	32
1.06	Imobilizado	57.079	58.138
1.06.01	Imobilizado de Uso	202.480	200.623
1.06.01.01	Imobilizado de Uso	202.480	200.623
1.06.03	Depreciação Acumulada	-145.401	-142.485
1.06.03.01	Depreciação Acumulada	-145.401	-142.485
1.07	Intangível	135.429	141.245
1.07.01	Intangíveis	195.288	196.003
1.07.01.01	Intangíveis	195.288	196.003
1.07.03	Amortização Acumulada	-59.859	-54.758
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-59.859	-54.758

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	11.942.103	10.586.556
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	10.100.542	8.853.960
2.02.01	Depósitos	9.820.470	8.476.820
2.02.01.01	Depositos a Vista	1.183.406	988.318
2.02.01.02	Depositos a Prazo	7.029.768	5.853.358
2.02.01.03	Depositos Interfinanceiros	240.211	239.032
2.02.01.04	Depositos de Poupança	1.367.085	1.396.112
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	35.501	167.037
2.02.02.01	Captação no Mercado Aberto	35.501	167.037
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	244.571	210.103
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	70.694	44.727
2.02.03.02	Relações Interdependência	3.329	2.308
2.02.03.03	Emissão de Títulos	148.999	149.745
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	15.352	9.193
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	6.197	4.130
2.03	Provisões	140.509	136.435
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	78.150	75.868
2.03.02	Provisão para Contingências	62.359	60.567
2.05	Outros Passivos	157.408	111.583
2.05.01	Outras Obrigações	157.408	111.583
2.07	Patrimônio Líquido	1.543.644	1.484.578
2.07.01	Capital Social Realizado	1.300.664	1.300.664
2.07.01.01	Capital Social Realizado	1.300.664	1.300.664
2.07.04	Reservas de Lucros	183.914	183.914
2.07.04.01	Reserva Legal	12.060	12.060
2.07.04.02	Reserva Estatutária	171.854	171.854
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	59.066	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	400.492	390.887
3.01.01	Operações de Crédito	379.363	363.869
3.01.02	Resultado de Aplicações Interfinanceiras e Operações com TVM	17.959	21.471
3.01.03	Resultado de Operações de Cambio	1.271	2.444
3.01.04	Resultado de Aplicações Compulsórias	1.899	3.103
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-41.668	-60.360
3.02.01	Despesas de Captação no Mercado	-39.926	-59.374
3.02.02	Despesas de Empréstimos e Repasses	-1.742	-986
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	358.824	330.527
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-248.835	-216.819
3.04.01	Despesa de Provisão para Perda Esperada para Risco de Crédito	-45.017	-26.396
3.04.01.01	Provisão p/ Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	-45.017	-26.396
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	33.050	31.018
3.04.02.01	Receitas de Prestação de Serviços	33.050	31.018
3.04.03	Despesas com Pessoal	-109.009	-113.457
3.04.03.01	Despesas com Pessoal	-109.009	-113.457
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-108.411	-91.225
3.04.04.01	Outras Despesas Administrativas	-108.411	-91.225
3.04.05	Despesas Tributárias	-20.471	-18.646
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-20.471	-18.646
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	9.271	10.683
3.04.06.01	Outras Receitas Operacionais	9.271	10.683
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-8.248	-8.796
3.04.07.01	Outras Despesas Operacionais	-8.248	-8.796
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	109.989	113.708
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-42.321	-49.597
3.06.01	Corrente	-59.619	-48.432
3.06.01.01	Provisão para Imposto de Renda	-32.676	-28.475
3.06.01.02	Provisão para Contribuição Social	-26.943	-19.957
3.06.02	Diferido	17.298	-1.165
3.06.02.01	Ativo Diferido	17.298	-1.165
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	67.668	64.111
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	67.668	64.111
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-8.602	-9.382
3.10.01	Empregados	-8.524	-9.323
3.10.02	Administradores	-78	-59
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	59.066	54.729
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	6,20333	5,74784

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	59.066	54.729
4.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	59.066	54.729
4.04	Resultado Abrangente do Período	59.066	54.729

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.128.083	687.081
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	168.444	149.453
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	110.026	113.708
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	58.418	35.745
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	959.639	537.628
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	27.803	378.594
6.01.02.02	Titulos e Valores Mobiliários	-4.187	17.541
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	170.926	137.937
6.01.02.04	Operações de Crédito	-424.884	-441.011
6.01.02.05	Outros Créditos	-20.023	-2.823
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	-6.934	-153
6.01.02.07	Outras Obrigações	31.108	2.158
6.01.02.08	Depósitos	1.343.650	737.550
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	-131.536	-268.903
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipoteca, Créd. e Similares	-746	11.067
6.01.02.11	Obrigações por Repasse no País	2.067	-22
6.01.02.12	Obrigações por Empréstimos	6.100	1.217
6.01.02.13	Impostos e Contribuições Pagos	-33.705	-35.524
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-907	-4.087
6.02.01	Baixa de Imobilizado de Uso	8	165
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.987	-675
6.02.03	Aplicação no Intangível	-2.288	-6.943
6.02.04	Títulos e Valores Mobiliarios mantidos até o vencimento	3.360	3.366
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-52
6.03.01	Juros s/ Capital Próprio e Dividendos Pagos	0	-52
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-314	-1.606
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.126.862	681.336
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.269.585	258.419
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.396.447	939.755

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	59.066	0	59.066
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	59.066	0	59.066
5.07	Saldos Finais	1.300.664	0	183.914	0	59.066	0	1.543.644

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.171.044	0	194.430	0	0	0	1.365.474
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.171.044	0	194.430	0	0	0	1.365.474
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	54.729	0	54.729
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	54.729	0	54.729
5.07	Saldos Finais	1.171.044	0	194.430	0	54.729	0	1.420.203

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	397.519	394.816
7.01.01	Intermediação Financeira	399.999	378.347
7.01.02	Prestação de Serviços	33.050	31.019
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-40.928	-20.111
7.01.04	Outras	5.398	5.561
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-52.529	-65.240
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-86.560	-70.583
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-6.070	-5.491
7.03.02	Serviços de Terceiros	-83.380	-73.145
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	2.890	8.053
7.04	Valor Adicionado Bruto	258.430	258.993
7.05	Retenções	-11.142	-7.647
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.142	-7.647
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	247.288	251.346
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	247.288	251.346
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	247.288	251.346
7.09.01	Pessoal	102.878	107.377
7.09.01.01	Remuneração Direta	76.052	79.379
7.09.01.02	Benefícios	21.802	22.833
7.09.01.03	F.G.T.S.	5.024	5.165
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	77.525	83.706
7.09.02.01	Federais	75.125	81.427
7.09.02.03	Municipais	2.400	2.279
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	7.819	5.534
7.09.03.01	Aluguéis	7.819	5.534
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	59.066	54.729
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	59.066	54.729

Comentário do Desempenho



BPAR
B3 LISTED

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1T2021

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
CNPJ/MF Nº 04.913.711/0001-08
NIRE 15300000114



Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1T2021



BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. – BANPARÁ RELATÓRIO DE RESULTADOS DO 1º TRIMESTRE DE 2021

O Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, sociedade anônima de capital aberto, com ações ordinárias sob o código BPAR3, anuncia seus resultados para o 1º trimestre de 2021. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banco, no endereço eletrônico ri.banpara.b.br.

Destaques 1T2021

✓ Lucro Líquido – R\$ mil

59.066

▲ 2,01% em relação ao ano de 4T2020

▲ 7,92% em relação ao ano de 1T2020

✓ Ativo Total – R\$ mil

11.942

▲ 12,80% em relação ao ano de 4T2020

▲ 27,48% em relação ao ano de 1T2020

ROA 2,3%

✓ Patrimônio Líquido – R\$ mil

1.543

▲ 3,98% em relação ao ano de 4T2020

▲ 8,69% em relação ao ano de 1T2020

ROE 16,7%

✓ Índice de Eficiência

59,7%

▼ -1,64% em relação ao ano de 1T2020

Como consequência do comportamento dos negócios, o Lucro Líquido foi de R\$ 59.066 mil. Além disso, os Ativos Totais foram de R\$ 11.942 mil, expansão que refletiu um percentual de 12,80% com relação ao trimestre anterior, motivado principalmente pelas Operações de Crédito que aumentaram em 6,32%.

O Patrimônio Líquido aumentou 3,98%, ocasionado pela incorporação do resultado do período.

O Índice de Eficiência reduziu 1,94 ponto percentual (p.p.) comparado ao 1T2020, demonstrando que o Banpará melhorou sua eficiência no período analisado.

Outro ponto positivo apresentado foi o retorno anualizado sob os Ativos Totais de 2,3%.

Obteve-se, também, uma rentabilidade de 16,7%. Pode concluir que o investidor levará um pouco mais de 6 anos para recuperar o valor investido.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1T2021



Itens Patrimoniais – R\$ mil

	1T2021	4T2020	V3M	1T2020	V12M
Ativos Totais	11.942.102	10.586.556	12,80 ▲	9.368.051	27,48 ▲
Op. de Crédito (Cart. De Crédito)	6.727.543	6.327.347	6,32 ▲	5.798.087	16,03 ▲
Apli. Interfinanceiras de Liquidez	3.960.167	2.842.558	39,32 ▲	2.281.467	73,58 ▲
Captações Totais	10.004.970	8.793.602	13,78 ▲	7.599.190	31,66 ▲
Patrimônio Líquido	1.543.644	1.484.578	3,98 ▲	1.420.203	8,69 ▲

Itens de Resultado - R\$ mil

	1T2021	4T2020	V3M	1T2020	V12M
Receitas Totais	442.815.026	449.720.811	-1,54 ▼	432.589.434	2,36 ▲
Resultado Bruto da Intermedi. Financeira	313.806.483	308.979.381	1,56 ▲	304.130.975	3,18 ▲
Resultado Operacional	110.670.346	104.723.844	5,68 ▲	114.887.421	-3,67 ▼
Margem Financeira (1)	358.823.538	363.315.367	-1,24 ▼	330.526.855	8,56 ▲
EBITDA (2) (LAJIDA)	121.812.524	115.307.336	5,64 ▲	122.534.257	-0,59 ▼
Lucro Líquido	59.065.742	57.902.154	2,01 ▲	54.728.814	7,92 ▲
Receita de Serviços (3)	33.049.771	35.741.403	-7,53 ▼	31.018.548	6,55 ▲
Despesas com Provisões (PCLD)	45.017.054	54.335.986	-17,15 ▼	26.395.880	70,55 ▲
Despesas Administrativas (4)	108.410.617	104.632.913	3,61 ▲	91.225.220	18,84 ▲
Margem Líquida (5)	14,39%	14,23%	1,12 ▲	17,26%	-16,63 ▼
Margem EBITDA (6)	27,51%	25,64%	7,29 ▲	28,33%	-2,88 ▼

Índices e Medidas de Eficiência (%)

	1T2021	4T2020	V3M	1T2020	V12M
Inadimplência (% da Carteira) (7)	-	1,61%	-100,00% ▼	1,43%	-100,00% ▼
Índice de Basileia	-	20,89%	-100,00% ▼	21,75%	-100,00% ▼
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA) (8)	2,28%	2,37%	-3,80% ▼	3,67%	-37,87% ▼
Rentabilidade sobre Patrim. Líq. (ROE) (9)	16,68%	16,73%	-0,30% ▼	22,95%	-27,32% ▼
Índice de Eficiência	59,66%	59,24%	0,71% ▲	60,84%	-1,94% ▼
Índice de Provisão (10)	2,87%	2,76%	3,99% ▲	2,57%	11,67% ▲
Índice de Cobertura (11)	30,98%	30,21%	2,55% ▲	26,27%	17,93% ▲

Comentário do Desempenho

Relatório da **Administração 1T2021**



- (1) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.
- (2) Resultado Operacional – Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.
- (3) Prestação de Serviços + Tarifas Bancárias.
- (4) Despesas Administrativas + Outras Despesas Administrativas.
- (5) Lucro Líquido / Receita Total.
- (6) EBITDA / Receita Total.
- (7) Saldo Devedor Inadimplente do Contrato / Carteira de Crédito.
- (8) Lucro Líquido / Ativo Total (taxa anualizada).
- (9) Lucro Líquido / Patrimônio Líquido (taxa anualizada).
- (10) Provisão Constituída / Carteira de Crédito.
- (11) Receitas de Serviços + Rendas de Tarifas Bancárias / Despesas Administrativas.

Contato de Relações com Investidores

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores
Contato +55 91 3348-3383
ri_banpara@banparanet.com.br

Comentário do Desempenho



ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA

Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao 1º trimestre de 2021, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o período.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site ri.banpara.b.br, na seção de central de resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.



Banpará

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1T2021



Principais Indicadores Macroeconômicos

	1T2021	1T2020	1T2019
IPCA (acumulado em 12 meses)	5,20%	3,30%	4,58%
INPC (acumulado em 12 meses)	6,22%	3,31%	4,67%
Taxa Selic Over (a.a) – efetiva	2,23%	3,95%	6,40%
CDI Overnight (a.a) – efetiva	2,23%	3,95%	6,40%
Taxa de Juros TJLP (a.a) - efetiva	4,39%	5,09%	7,03%

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Economia Internacional

O cenário econômico internacional apresentou perspectivas mais otimistas em relação ao crescimento do PIB global em 2021, se comparado ao ano de 2020 motivado pela distribuição das vacinas no combate a Pandemia de COVID-19. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estimou, em seu último relatório *World Economic Outlook (WEO)*¹, publicado em abril de 2021, que após uma contração estimada de -3,3% em 2020 projeta-se que a economia global cresça 6% em 2021, moderando para 4,4% em 2022. O cenário positivo da projeção em 2021 do FMI é resultado do apoio fiscal adicional em algumas economias influentes e a recuperação antecipada com base na vacina na segunda metade do ano.

O WEO também mostra que a expectativa do FMI para as economias avançadas é de -5,5% para 2021 e de 4,2% para 2022. Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento a estimativa é de 6,7% em 2021 e 5,0% em 2022. Já para a Ásia Emergente a projeção de aumento é de 8,6% para 2021 e 6,0% para 2022.

Economia Nacional

No cenário nacional, dados das Contas Nacionais divulgados em março de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o PIB da economia brasileira fechou o ano de 2020 com retração de 4,1% em relação a 2019, porém o setor que estava em destaque como a Agropecuária apresentou um avanço de (2,0%) e o setor de Serviços apresentou retração de (-4,5%). O crescimento da Agropecuária decorreu do crescimento da produção e ganho de produtividade da atividade Agricultura, e no setor de Serviços vale destacar que estão os serviços prestados às famílias, os mais afetados negativamente pela restrição de funcionamento e distanciamento social em virtude da Pandemia de COVID-19.

A expectativa do Banco Central do Brasil (BACEN) publicada no Relatório de Inflação de março de 2021 para o crescimento do PIB da economia do Brasil em 2021 reduziu para 3,6%, ante os 3,8% apresentado na edição anterior desse relatório. Essa relativa estabilidade na projeção reflete o aumento positivo do PIB no 4º trimestre de 2020 e a manutenção da atividade econômica em nível elevado no início de 2021.

Em relação ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou no mês de março variação de 0,93% e ficou 0,07 ponto percentual (p.p.) acima da taxa (0,86%), esse é o maior resultado para um mês de março desde 2015, os destaques de maior variação atingiram os grupos de transporte e habitação, que apresentaram no mês de março alta de 3,81% e 0,81%, respectivamente, no entanto, o grupo de educação apresentou queda de -0,52%. O acumulado dos últimos doze meses foi de 6,10%, contra os 3,30% nos 12 meses imediatamente anteriores. De acordo com a Pesquisa Focus realizada pelo BACEN, a previsão do mercado para a inflação apresentou aumento na mediana das projeções para a variação anual do IPCA em 2021, passando de 3,87% em 1 de março de 2021 para 4,81% em 29 de março de 2021. A estimativa para 2022 apresentou aumento da mediana de 3,50% para 3,51% no mesmo período.

¹ *World Economic Outlook* – relatório trimestral sobre expectativas econômicas divulgado pelo FMI.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1T2021



Economia Local

No cenário regional, a expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para o crescimento da economia do Pará mostrou-se mais otimista no 1º trimestre de 2021. A Fundação projetou em março de 2021 o crescimento real do PIB paraense para 2,65%, ante -0,5% previsto em julho de 2020, influência da recuperação econômica após os impactos da Pandemia de COVID-19. Independentemente das estimativas otimistas para a economia do Pará, dados do IBGE de março de 2021 são positivos e parecem ainda não refletir o impacto da Pandemia na economia paraense.

O índice de atividade econômica regional do Pará (IBCR-Pa) de janeiro de 2021 apresentou variação de 5,02% em relação a janeiro de 2020 (série dessazonalizada). A indústria paraense também apresentou resultado positivo, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE de janeiro de 2021, a produção industrial do Estado do Pará apresentou avanço de 4,4% em relação ao mês anterior (série com ajuste sazonal). Esse resultado foi motivado por bons resultados nos setores de indústrias extrativas, principalmente minério de ferro e metalurgia.

Quanto ao comércio local, dados divulgados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE mostram que o volume de vendas do comércio varejista da economia paraense apresentou variação de -0,2 % no mês de janeiro de 2021 em comparação com o mês imediatamente anterior, na série dessazonalizada.

No tocante a inflação, dados do IBGE de março de 2021 mostram que o IPCA apurado na região metropolitana de Belém no acumulado dos últimos 12 meses foi 6,44%. No mês de março de 2021, esse índice apurado no Estado do Pará apresentou deflação de 0,8%, destaque para o grupo de alimentos e bebidas que apresentou resultado -0,06% nesse mesmo período.

No âmbito da gestão fiscal, o Pará apresenta bom conceito junto a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2020 do Tesouro Nacional publicado em outubro de 2020, o Estado apresenta a nota “B” da CAPAG (Classificação da Capacidade de Pagamento).

Análise das Operações

Ativos

	Total de Ativos por Tipo - R\$ mil				
	1T2021	4T2020	V3M	1T2020	V12M
Disponibilidades	181.458	199.598	-9,09% ✓	229.187	-20,83% ✓
Aplicações Financeiras	2.918.687	1.801.487	62,02% ✓	1.344.684	117,05% ✓
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.041.481	1.041.071	0,04% ✓	936.783	11,18% ✓
Relações Interfinanceiras	470.661	614.599	-23,42% ✓	458.156	2,73% ✓
Operações de Créditos	6.477.108	6.097.101	6,23% ✓	5.605.674	15,55% ✓
Outros Créditos	646.481	626.532	3,18% ✓	588.628	9,83% ✓
Outros Valores e Bens	13.687	6.753	102,68% ✓	6.780	101,87% ✓
Permanente	192.540	199.415	-3,45% ✓	198.159	-2,84% ✓
Total	11.942.103	10.586.556	12,80% ✓	9.368.051	27,48% ✓

O Banpará encerrou o 1º trimestre de 2021 com Ativo Total no montante de R\$ 11.942 milhões, crescimento de 12,80% em relação ao 4º trimestre de 2020 e crescimento de 27,48% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Mesmo registrando queda nos valores com Relações Interfinanceiras em virtude da diminuição das reservas compulsórias em espécie no BACEN, por causa da maior disponibilização de recursos para serem negociados no mercado, houve crescimento nas aplicações interfinanceiras de liquidez,

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1T2021



devido ao aumento nas aplicações em operações compromissadas, crescimento nas operações de crédito, reflexo do aumento de créditos liberados por meio de empréstimos e crescimento de outros valores e bens, impulsionado pelos contratos de patrocínios para o campeonato paraense de 2021, registrados como despesa antecipada.

Aplicações Financeiras

	Aplicações Financeiras - R\$ mil						
	1T2021	4T2020	V3M		1T2020	V12M	
Interfinanceiro de Liquidez	2.918.687	1.801.487	62,02%	^	1.344.684	117,05%	^
TVM	1.041.481	1.041.071	0,04%	^	936.783	11,18%	^
Cotas de Fundo	1.848	1.826	1,24%	^	1.329	39,09%	^
Renda Fixa	970.529	863.564	12,39%	^	245.465	295,38%	^
Compromissadas	2.214.990	1.069.988	107,01%	^	710.568	211,72%	^
Compulsório Total	389.797	521.391	-25,24%	v	389.992	-0,05%	v

Em 2021, a estratégia do Banco é continuar mantendo o nível de liquidez adequada frente à crise econômica, ocasionando a variação positiva nas operações interfinanceiras de liquidez, destacando o aumento nas Operações Compromissadas em 107,01% no trimestre e 211,72% em relação ao mesmo período do ano anterior. A elevação da Renda Fixa de 12,39% ao comparar o 1T2021 com 4T2020 e de 295,38% em relação ao 1T2020 deveu-se, principalmente, pelo aumento da liquidez do Banco.

Em relação às Cotas de Fundo observa-se uma valorização de 1,24% no 4T2021 e 39,09% em relação ao 1T2020, decorrente de avaliação independente contratada pelo Administrador do Fundo, que reavaliou o valor justo de cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP.

Captações

	Captação por Linha de Produtos - R\$ mil						
	1T2021	4T2020	V3M		1T2020	V12M	
Depósitos à Vista	1.183.406	988.318	19,74%	^	982.739	20,42%	^
Poupança	1.367.085	1.396.112	-2,08%	v	1.097.371	24,58%	^
Depósito a Prazo	7.028.595	5.853.358	20,08%	^	4.394.883	59,93%	^
Depósito Interfinanceiro	240.211	239.032	0,49%	^	193.867	23,91%	^
Letra Financeira	148.999	149.745	-0,50%	v	249.856	-40,37%	v
Compromissadas	35.501	167.037	-78,75%	v	680.475	-94,78%	v
Total	10.003.797	8.793.602	13,76%	^	7.599.190	31,64%	^

As captações de varejo mantiveram o nível de liquidez do Banco em patamares adequados para suportar a estratégia de expansão dos negócios e os impactos da crise econômica.

De modo geral, as captações de Depósito à Vista e Depósito a Prazo tiveram, respectivamente, crescimento de 19,74% e 20,10% no 1º trimestre e de 20,42% e 59,95% em relação ao 1T2020, o que reflete o perfil conservador e uma ampliação sustentável do *funding*, tanto nos clientes de varejo e executivo. Já as captações via Depósito Interfinanceiro tiveram um aumento no 1º trimestre de 2021 de 0,49% e uma variação de 23,91% em relação ao 1º trimestre de 2020, denotando um crescimento contínuo dessa modalidade de *funding*.

As captações via emissão de Letras Financeiras obtiveram variação negativa de -0,50% no 1º trimestre de 2021 e de -40,37% em relação ao 1º trimestre de 2020, em decorrência da estratégia de negócio para o cenário atual, considerando a demanda por taxas com custos de captação mais elevados. Já em relação ao *funding* Captações por Obrigações por Operações Compromissadas,

Comentário do Desempenho

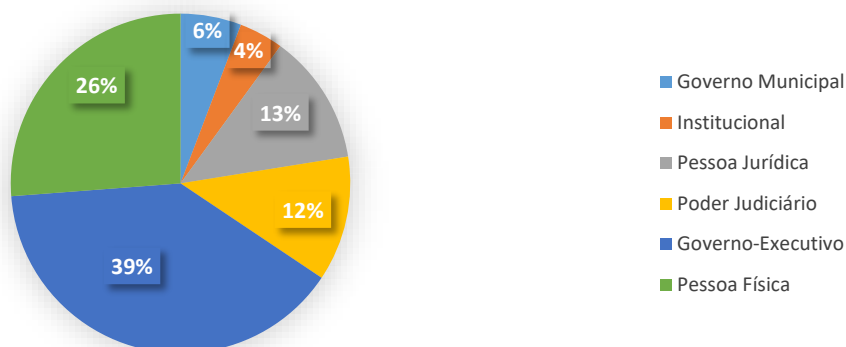
Relatório da **Administração 1T2021**



ocorreu decréscimo de 78,75% no 1º trimestre de 2021 e de 94,78% comparando-se ao mesmo período de 2020, justificando-se pela alta liquidez da instituição, devido ao incremento dos depósitos de varejo, por exemplo.

A variação no depósito à vista foi de aproximadamente 20% maior no 4T2020, ocasionado principalmente pela captação de Recursos Governamentais para financiamento dos Programas Assistenciais.

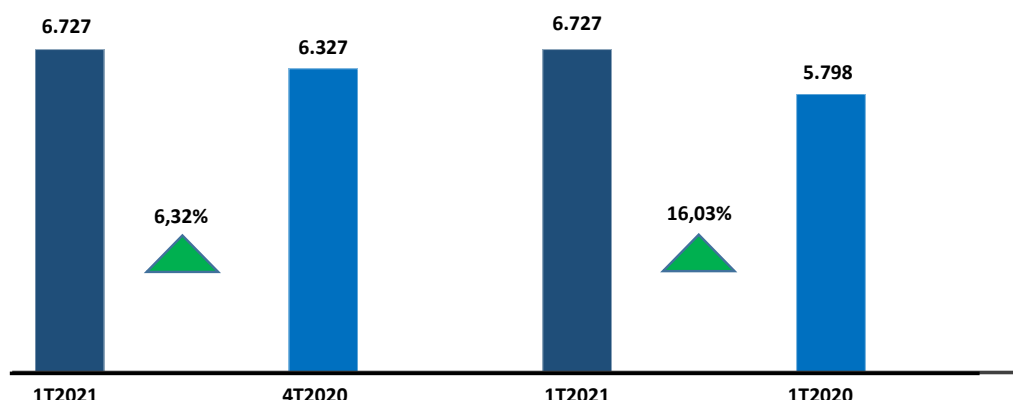
Captação por Tipo de Cliente (%)



A estratégia de captação leva em consideração também a diversificação por tipos de clientes. Logo, observa-se a concentração nas captações via Varejo e Executivo, que representou em março de 2021 39% do total do *funding*, estando 26 p.p. na Pessoa Física e 12 p.p. na Pessoa Jurídica. Ressalta-se que a concentração nas captações dos clientes de Varejo proporciona a vantagem da pulverização dos depósitos, considerando -se que o ticket médio é menor neste grupo.

No mais, as captações via cliente Governo Estadual foram também de 39%, seguida dos tipos de clientes Poder Judiciário com 12%, Governo Municipal com 6% e Investidor Institucional com 4%, relativamente ao total do *funding*.

Créditos – R\$ Milhões



As operações totais de crédito alcançaram R\$ 6.727 milhões, incremento de 6,32% quando comparado com o 4º trimestre de 2020 e 16,03% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, ambos, reflexo do aumento dos créditos liberados por meio de empréstimos, com destaque para o Consignado e Banparacard.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1T2021

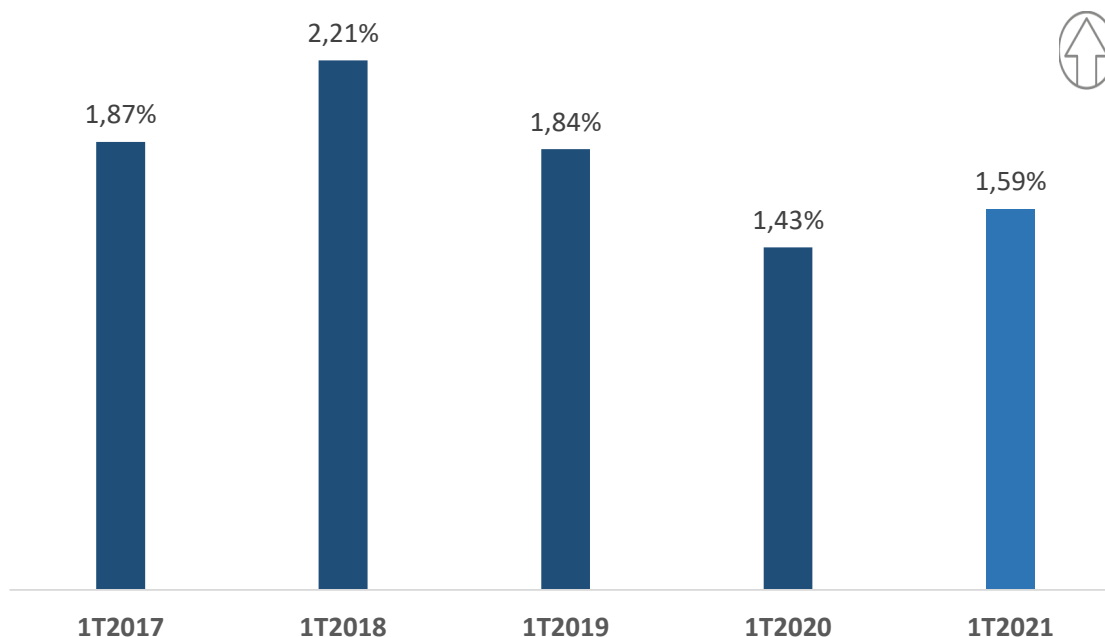


Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco

	R\$ mil		V3M		% Carteira		V3M	
	1T2021	4T2020			1T2021	4T2020		
AA	1.045.705	1.098.834	-4,84%	∨	15,54%	17,37%	p.p	∧
A	5.294.547	4.888.117	8,31%	∧	78,70%	77,25%	p.p	∧
B	62.053	45.425	36,61%	∧	0,92%	0,72%	p.p	∧
C	60.191	43.502	38,36%	∧	0,89%	0,69%	p.p	∧
D	70.478	71.452	-1,36%	∨	1,05%	1,13%	p.p	∧
E-H	194.567	180.015	8,08%	∧	2,89%	2,85%	p.p	∧
Total	6.727.541	180.015	3637,21%	∧	100,00%	100,00%		

O Banpará mantém 96,06% nas classes de risco AA – C. O aumento da participação de outros níveis de risco no 1º trimestre de 2021 em relação ao 4º trimestre de 2020 reflete, em especial, a rolagem da carteira por *rating*, afetada pelo aumento do crédito em atraso superior a 90 dias.

Índices de Inadimplência – Acima de 90 dias



A inadimplência atingiu o saldo de R\$ 106,86 milhões e passou a representar 1,59% do crédito total, registrando +0,16 p.p. no 1º trimestre de 2021.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1T2021



Análise dos Resultados

Receitas

	Abertura das Receitas - R\$ mil					
	1T2021	4T2020	V3M		1T2020	V12M
Operações de Créditos	379.363	380.297	-0,25%	∨	363.869	4,26% ^
Resultado das Aplicações Interfinanceiras e Operações com TVM	17.959	17.280	3,93%	^	21.471	-16,36% ∨
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.899	1.658	14,54%	^	3.103	-38,80% ∨
Resultado de Operações de Câmbio	1.271	1.072	18,56%	^	2.444	-48,00% ∨
Receita de Serviços	33.050	35.741	-7,53%	∨	31.019	6,55% ^
Outras Receitas Operacionais	8.336	10.340	-19,38%	∨	9.645	-13,57% ∨
Receitas Não Operacionais	938	3.334	-71,87%	∨	1.038	-9,63% ∨
Total	442.816	449.722	-1,54%	∨	432.589	2,36% ^

As receitas do Banpará sofreram uma redução de 1,54% quando comparado com o 4º trimestre de 2020, redução justificada pela diminuição das receitas não operacionais ocasionadas pelas contabilizações de apropriações efetuadas semestralmente, conforme normativo do órgão regulador.

Quando comparado com o mesmo período do ano anterior, apesar da redução sofrida no resultado com TVM, devido a marcação a mercado que teve uma desvalorização considerável em decorrência do cenário econômico e político instável no país, as receitas aumentaram em 2,36%.

Custos e Despesas da Intermediação Financeira

	Custos e Despesas - R\$ mil					
	1T2021	4T2020	V3M		1T2020	V12M
Operações de Captação no Mercado	39.926	36.790	-16,11%	∨	59.375	-32,76% ∨
Operações de Empréstimos e Repasses	1.742	201	766,67%	^	986	76,67% ^
Provisão para Operações de Crédito	45.017	54.336	-17,15%	∨	26.396	70,54% ^
Total	86.685	91.327	-5,08%	∨	86.757	-0,08% ∨

O Banpará apresentou uma redução nos custos e despesas de captação em 5,08% em comparação ao 4º trimestre de 2020, influenciado pela variação negativa de 17,15% nas Provisões para Operações de Crédito. Em relação ao comparativo com o 1º trimestre de 2020, os custos e despesas de captação se mantiveram equilibradas. Apesar do bom desempenho com as captações devido a redução da taxa SELIC, as despesas com intermediação financeira sofreram um grande impacto com o resultado da Provisão para Operações de Crédito, decorrente do aumento dos créditos classificados com mais de 181 a 360 dias de atraso no nível H, onde se provisiona 100% do saldo devedor.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1T2021



Despesa com Pessoal - R\$ mil

	1T2021	4T2020	V3M		1T2020	V12M	
Proventos	66.387	67.349	-1,43%	✓	68.873	-3,61%	✓
Benefícios	17.992	20.795	-13,48%	✓	19.126	-5,93%	✓
Encargos Sociais	23.154	24.337	-4,86%	✓	23.742	-2,48%	✓
Treinamentos e Outros	1.476	1.415	4,31%	^	1.716	-13,99%	✓
Total	109.009	113.896	-4,29%	✓	113.457	-3,92%	✓

As Despesas com Pessoal quando comparadas com o 4º trimestre de 2020 reduziram em 4,29%, ocasionada, principalmente, pela diminuição de 13,48% dos benefícios. Em relação ao 1º trimestre de 2020 reduziram em 3,92%, justificada pela diminuição na realização de treinamentos presenciais em função das restrições de deslocamento, viagens e realizações de eventos devido à Pandemia de COVID-19.

Outras Despesas Administrativas - R\$ mil

	1T2021	4T2020	V3M		1T2020	V12M	
Serviços de Terceiros	26.645	30.949	-13,91%	✓	25.671	3,79%	^
Consumo, Manutenção e Materiais	20.888	16.612	25,74%	^	15.957	30,90%	^
Sistema de Processamento de Dados	26.014	23.560	10,42%	^	19.083	36,32%	^
Depreciação e Amortização	11.142	10.583	5,28%	^	7.647	45,70%	^
Aluguéis	7.819	5.969	30,99%	^	5.534	41,29%	^
Propaganda e Publicidade	7.003	4.853	44,30%	^	1.658	322,38%	^
Transporte	6.510	8.685	-25,04%	✓	7.656	-14,97%	✓
Outras Despesas Administrativas	2.389	3.422	-30,19%	✓	8.019	-70,21%	✓
Total	108.410	104.633	3,61%	^	91.225	18,84%	^

As despesas administrativas tiveram um incremento de 3,61% quando confrontada com o 4º trimestre de 2020 e de 18,84 quando comparada com o mesmo período de 2020, ocasionado pelo aumento das despesas com depreciação e amortização em decorrência da conclusão dos projetos relacionados com os ativos intangíveis do Banpará; aumento nas despesas com aluguéis em decorrência do aumento do número de agências e o aumento do índice de reajuste dos contratos de aluguéis; aumento nas despesas com processamentos de dados e aumento nas despesas com propaganda e publicidade.

Despesas Tributárias - R\$ mil

	1T2021	4T2020	V3M		1T2020	V12M	
Contribuição ao PIS/PASEP	2.509	2.545	-1,41%	✓	2.275	10,29%	^
Contribuição ao Cofins	15.442	15.662	-1,40%	✓	14.001	10,29%	^
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.652	1.786	-7,50%	✓	1.551	6,51%	^
Outras Despesas Tributárias	868	198	338,38%	^	819	5,98%	^
Total	20.471	20.191	1,39%	^	18.646	9,79%	^

As despesas tributárias apresentaram aumento de 1,39% quando comparado com o 4º trimestre de 2020, com destaque para outras despesas tributárias que apresentam variação maior em decorrência do pagamento das licenças municipais ocorridas no 1º trimestre de 2021. Quando comparadas com o 1T2020, houve um aumento de 9,79%, reflexo do aumento das receitas nesses 12 meses.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1T2021



Outras Despesas Operacionais - R\$ mil

	1T2021	4T2020	V3M		1T2020	V12M	
Despesas com Provisão para Outros Créditos	1548	3.110	-50,23%	✓	1.585	-2,33%	✓
Despesas com Provisões Passivas	2.687	4.663	-42,38%	✓	4.049	-33,64%	✓
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	664	664	0,00%	—	577	15,08%	^
Outras Despesas Operacionais	1.732	3179	-45,52%	✓	368	370,65%	^
Total	6.631	11.616	-42,91%		6.579	0,79%	

As outras despesas operacionais sofreram uma redução de 42,92% quando comparadas com o 4º trimestre de 2020, com destaque para as provisões para outros créditos que diminuíram em decorrência das apropriações ocorridas no final do ano de 2020, redução das provisões passivas trabalhistas, cíveis e tributárias. Quando comparado com o mesmo período do ano anterior, as outras despesas operacionais sofreram um ligeiro aumento de 0,79%, pois, apesar da redução com as provisões passivas, houve um aumento com ordens de pagamento em moeda estrangeira que contribuiu para o aumento de 370,97% em outras despesas operacionais.

Rating

**STANDARD
& POOR'S**

(BB-/B)
Rating
Escala Global

(brAA+/brA-1+)
Rating
Escala Nacional

MOODY'S

(Ba2/NP)
Rating
Escala Global

(Aa3.br/BR-1)
Rating
Escala Nacional

As notas atribuídas ao Banpará pelas agências de classificação de risco (Agências de *Rating*) refletem o desempenho operacional e a qualidade da Administração da Companhia.

A *Standard & Poor's*, em novembro de 2020, manteve o *rating* do Banco em escala nacional e global, devido ao resultado de sua pequena exposição a segmentos e ativos mais arriscados, que contribuiu para um desempenho financeiro sólido e estável mesmo durante o período de crise econômica. A S&P destacou também que o Banpará possui uma extensa rede de agências em todo o Pará, incluindo áreas remotas onde os bancos privados normalmente não operam. Além disso, o índice de inadimplência tem diminuído nos últimos seis anos, tendo atingido um nível historicamente baixo em 2020.

Além disso, a *Moody's Investors Service*, em dezembro de 2020, elevou o *rating* de depósito em moeda estrangeira do Banco de Ba3 para Ba2, sendo um reflexo da sequência do aumento do teto em moeda estrangeira para o Brasil de Ba2 estável para Baa2. Afirmou que o Banpará alcançou uma melhora em seu índice de inadimplência em 90 dias, além de apresentar medidas de suporte ao crédito, reduzindo suas taxas de empréstimos consignados.

Os relatórios das Agências de *Rating* estão disponíveis no site de RI do Banpará (ri.banpara.b.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1T2021

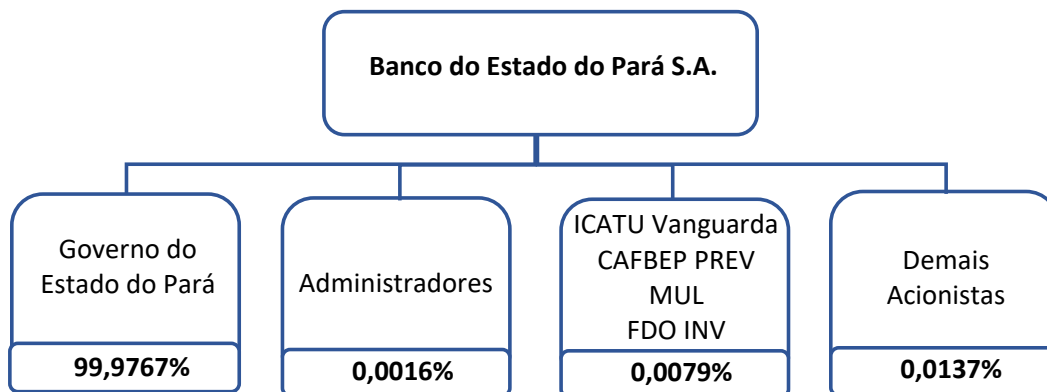


Composição Acionária

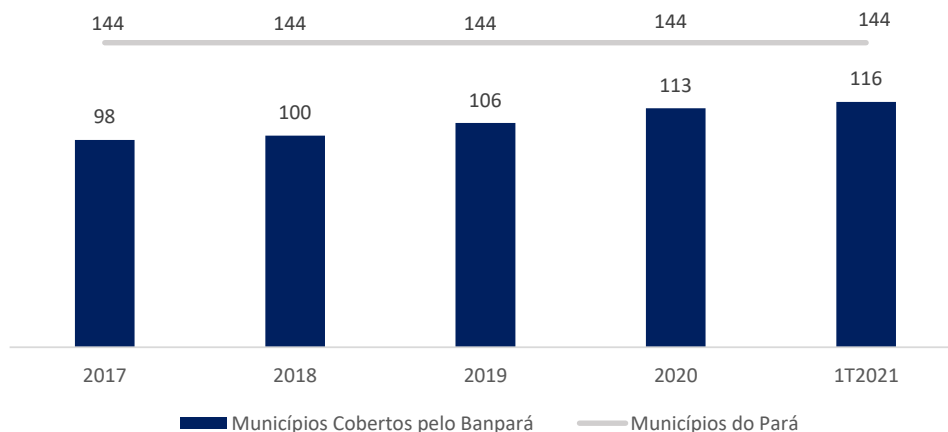
Acionista	Total	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	152	0,0016%
Outros	1.309	0,0137%
Total	9.521.649	100,0000%

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no País e com direito ao voto. O quadro acima indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banpará.

Organograma Societário



Cobertura Geográfica



Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1T2021



Market Share

NÚMERO DE AGÊNCIAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA¹: 1T2021 E 1T2020

Região de Integração ¹	1T2021			1T2020		
	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará
Araguaia	14	42	33,33%	13	42	30,95%
Baixo Amazonas	12	43	27,91%	12	45	26,67%
Carajás	12	52	21,82%	11	57	19,30%
Guajará ²	18	139	12,95%	18	144	12,50%
Guamá	13	39	33,33%	11	36	30,56%
Lago de Tucuruí	5	22	22,73%	5	23	21,74%
Marajó	10	20	50,00%	10	21	47,62%
Rio Caetés	12	29	41,38%	11	28	39,29%
Rio Capim	12	42	28,57%	11	41	26,83%
Tapajós	6	14	42,86%	5	13	38,46%
Tocantins	12	43	27,91%	12	42	28,57%
Xingu	8	28	28,57%	6	26	23,08%
Total	134	516	25,97%	125	518	24,13%

¹ Trata-se de agrupamento territorial dos municípios do Pará adotado oficialmente pelo Governo do Estado para gerenciamento das suas políticas públicas.

² Deste agrupamento fazem parte cinco dos sete municípios da Região Metropolitana de Belém. São eles: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara.

Fonte: BACEN – Relação de Agências (base: Março/2021 e Março/2020).

Market Share em Relação ao Mercado - % - No Estado: 1T2021, 1T2020 e 1T2019 (Valores em R\$ mil)

	1T2021 ¹			1T2020			1T2019		
	Banpará	Pará	Market Share	Banpará	Pará	Market Share	Banpará	Pará	Market Share
Depósitos a prazo	6.459.600	16.524.983	39,09%	4.414.200	11.435.251	38,60%	3.675.142	10.647.079	34,52%
Depósitos à vista	1.207.177	5.592.434	21,59%	921.032	3.730.135	24,69%	680.283	3.357.522	20,26%
Depósitos de poupança	1.371.946	14.110.141	9,72%	1.115.548	10.894.902	10,24%	979.182	10.165.575	9,63%
Operações de crédito²	6.374.157	31.136.569	20,47%	5.531.183	26.340.187	21,00%	4.301.367	23.456.600	18,34%

¹ Valores com base no mês de Janeiro/2021.

² Realizado ajuste metodológico que melhor expressa os dados da Contabilidade.

Fonte: BACEN – Estban referente ao 1º trimestre de cada ano.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1T2021



Investimento em Capital Humano

O Banpará de janeiro a março de 2021 disponibilizou 2.843 vagas de capacitação em cursos, palestras, webinar, workshops distribuídos entre as áreas de interesse do Banco. Foram ao todo 27.895 horas de conteúdo distribuídos em 37 treinamentos.

Os cursos foram promovidos pela Universidade Corporativa Banpará - UniBanp que tem como principal objetivo a capacitação e o aperfeiçoamento do capital intelectual, com foco no alcance de resultados, em consonância com o Planejamento Estratégico do Banco.

Desde o início desse ano, a UniBanp em parceria com diversas áreas vem lançando treinamentos online para atender as necessidades do negócio. O ensino à distância (EAD) já experimentava um crescimento constante em nossos modelos de capacitação, mas, agora, tem sido uma prática comum considerando o cenário pandêmico.

Dentre os temas disponibilizados neste trimestre, destacamos:

- **Programa de Aculturação de Ciber Segurança e Proteção de Dados**, para todos os empregados do Banco, a fim de disseminar conhecimento sobre a importância da segurança cibernética.

Curso Trilhas de Carreira e Aprendizagem, visando à capacitação das equipes da SUDEP (GERCA E UNIBANP), a fim de subsidiar a elaboração/construção das Trilhas de Carreira e Aprendizagem de todos os cargos e funções do Banco.

- **Outros assuntos também foram objeto de estudo:** Treinamento PIX (172 empregados) e APP Banpará consignado (192 empregados) para todas as unidades do Banco; Programa *Security Day* em parceria com o INFI para todos empregados; Treinamento do MNP de Planejamento de Contratação de Soluções TIC (599 empregados); 1º Workshop – Processo de Gestão de Risco Operacional (156 empregados); Atendimento ao Cliente Idoso (305); Ética (113 empregados), entre outros.

Através do Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará - PDEB, o Banpará tem proporcionado aos seus empregados incentivos para a educação continuada, com ressarcimentos de 50% a 80% em cursos de graduação e pós-graduação, beneficiando, no ano de 2021, um total de 132 empregados.

Gerenciamento de Riscos Financeiros e de Capital

O Banpará no que diz respeito ao gerenciamento de risco financeiro, de gestão de capital e ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos, desenvolve suas atividades de acordo com as recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas, visando gerar informações sistematizadas que servirão de base à identificação, avaliação, mensuração, mitigação e monitoramento dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos.

Para tanto, o Banco possui o Núcleo de Controle Interno e de *Compliance* - Nucic, responsável por assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação, fortalecimento e funcionamento do Sistema de Controles Internos, da função do *Compliance* e da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Anticorrupção, objetivando mitigar os riscos, bem como disseminar a cultura de controles para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos existentes; e a Superintendência de Gestão de Risco Operacional - Surop, responsável por mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas causadas por falha operacional e garantir a continuidade dos negócios, vinculadas à Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores - Dicri (CRO).

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos é realizado pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro – Suris, unidade responsável por mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas relacionadas a risco financeiro e risco socioambiental, bem como realiza o gerenciamento de capital.

Comentário do Desempenho

Relatório da **Administração 1T2021**



Ressalta-se que a estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital do Banpará são compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos.

Visando alcançar a amplitude devida, bem como as implementações de ações mitigadoras de forma tempestiva, a Suris disponibiliza aos Órgãos de Governança relatórios produzidos mensalmente e trimestralmente ou extraordinariamente em situações de exposições potenciais a riscos que necessitem de correções imediatas.

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos instrumentos detidos pela instituição, o qual se origina da variação no valor dos ativos e passivos, causada por mudanças nos preços e taxas de mercado, mudanças na correlação entre eles e nas suas volatilidades.

No gerenciamento do risco de mercado são realizadas a medição, monitoramento e controle das exposições aos riscos de mercado, identificação prévia dos riscos inerentes às novas atividades e produtos, análise tempestiva de suas adequações aos procedimentos e controles adotados pela instituição, realização de testes de estresse, inclusive contemplando quebra de premissas, cujos resultados sejam considerados no estabelecimento ou revisão das políticas e limites para adequação de capital.

Risco de Liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; como também a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de Risco de Liquidez do Banpará é realizado com base em sua Política Institucional, onde são estabelecidas as diretrizes constituídas pelo Conselho de Administração, alinhadas à Resolução CMN nº 4.557/2017, aos princípios do Acordo de Basileia e às melhores práticas adotadas pela indústria financeira. O gerenciamento de risco de liquidez visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos, em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia, em situações normais e de estresse, contemplando avaliação diária das operações. São avaliados, ainda, por meio de cenários prospectivos aos riscos, eventuais impactos na condição de liquidez do Banpará.

Risco de Crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Banpará utiliza no processo de concessão de crédito para classificação do nível de risco de seus clientes, pessoa física e jurídica, a análise objetiva pautada em modelos internos de avaliação de risco de crédito e, caso necessário, análise subjetiva realizada pelo núcleo de análise ou comitês de crédito, conforme limites estabelecidos por alçadas decisórias.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1T2021



O processo de concessão de crédito é estruturado levando-se em conta a premissa de que o risco de crédito se compõe do somatório do risco do cliente e risco da operação, adicionando-se, para pessoa jurídica o risco do grupo econômico.

Na constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD, para cada operação é considerada a avaliação e classificação do cliente/grupo econômico, a natureza e finalidade da operação, as características de garantias e a pontualidade nos pagamentos. O Banco classifica suas operações de crédito de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682 /1999, que define níveis crescentes de risco de AA, A, B, C, D, E, F, G ou H.

A mensuração do risco de crédito é realizada também por meio de indicadores de concentração, atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira e setor de atividade, entre outros, permitindo assim evidenciar situações de risco de crédito relevantes para a implantação de controles e adequação de normas e políticas internas. Tais indicadores são devidamente reportadas aos Órgãos de Governança e demais áreas envolvidas no processo creditício.

Gestão de Capital

Conforme Resolução CMN nº 4.557/17 e suas alterações, define-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de avaliação, monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, necessário para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, assim como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Todas as rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital ocorrem no estrito cumprimento dos atos normativos internos e externos, com a finalidade de atendimentos dos requerimentos mínimos de capital.

O Conselho Monetário Nacional visando à ampliação da resiliência e solidez dos bancos criou os “colchões” adicionais ao capital regulamentar, o Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das seguintes parcelas:

- Adicional contracíclico de capital principal (ACP_{Contracíclico}), no máximo 2,5% do montante do RWA: Fator multiplicador do Bacen (ACCPiBRASIL) está igual a zero, portanto não impacta a posição do Banpará;
- Adicional de importância sistêmica de capital principal (ACP_{Sistêmico}), até 2% do montante do RWA: O Banpará não está enquadrado no Fator Anual de Importância Sistêmica – FIS, pois o Banco pertence ao segmento S3, desta forma o impacto também é zero;
- Adicional de conservação de capital principal (ACP_{Conservação}), 1,25% do montante do RWA: Na base atual, para o cálculo de capital mínimo do Banpará considera-se o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência de 8% e o ACP_{Conservação} de 1,25%, onde a soma dos dois fatores relacionados compõe o requerimento mínimo do Índice de Basileia de 9,25%.

Para fins gerenciais, o Banpará definiu na Declaração de Apetite por Riscos o limite gerencial mínimo de 15% de Índice de Basileia, utilizado também como acionador do Plano de Contingência de Capital. Para o 1º trimestre de 2021 as posições de capital se apresentaram da seguinte forma:

Gestão de Capital - R\$ milhões					
	1T21	4T20	1T20	V3M	V12M
Patrimônio de Referência	1.408	1.343	1.298	4,84%	8,47%
PR Nível I	1.408	1.343	1.298	4,84%	8,47%
PR Nível II	-	-	-	-	-
Índice de Basileia	20,84%	20,89%	21,75%	-0,24%	-4,18%

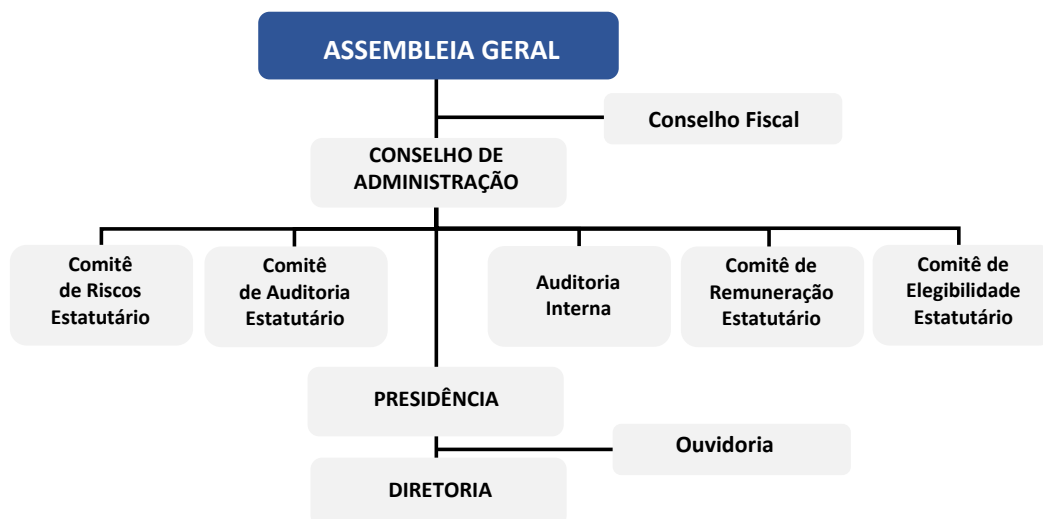
Comentário do Desempenho

Relatório da **Administração 1T2021**



Informações detalhadas sobre o gerenciamento de capital, de risco de mercado, liquidez, crédito, operacional, socioambiental e *compliance* podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no sítio de Relações com Investidores/Governança Corporativa: <http://ri.banpara.b.br>

Governança Corporativa



Assembleia Geral: órgão superior de deliberação, tendo poder de deliberar sobre todos os negócios de interesse da instituição.

Conselho de Administração: órgão que fixa a orientação geral dos negócios, estabelecendo políticas e diretrizes gerais da instituição, atuando com independência e de forma técnica.

Comitê de Auditoria Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, com o objetivo de supervisionar as atividades da auditoria independente, da auditoria interna e os processos de controles internos e de gestão de riscos e *compliance*.

Comitê de Remuneração Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é fixar a remuneração dos administradores em consonância com as legislações vigentes e as melhores práticas de governança instituídas em âmbito nacional.

Comitê de Riscos Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é assessorá-lo no desempenho de suas atribuições pertinentes à gestão e controle dos riscos e do gerenciamento de capital.

Conselho Fiscal: órgão que atua na fiscalização e controle da administração, responsável por fiscalizar os atos dos administradores e revisar os balanços e demonstrações financeiras, reportando seus relatórios aos acionistas, consoante a legislação societária brasileira.

Diretoria Colegiada: responsável pela direção dos negócios e pela prática dos atos necessários à realização dos objetivos sociais, em conformidade com a legislação em vigor e Estatuto Social do Banpará.

Comentário do Desempenho

Relatório da **Administração 1T2021**



Ouidoria: exerce relevante papel como um canal de comunicação direta, atuando, inclusive, na mediação de conflitos na busca de soluções para melhoria de seus processos no oferecimento de produtos e serviços, objetivando alcançar a excelência do atendimento.

Auditoria Independente: atua, com independência e de forma técnica, para apoiar a Administração em relação à integridade das demonstrações financeiras, revisão das informações trimestrais e auditoria dos controles internos. Em cumprimento ao contido no artigo 2º da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, Auditoria Externa.

Auditoria Interna: vinculada direta e hierarquicamente ao Conselho de Administração e tecnicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário, é uma atividade independente e objetiva de avaliação (*assurance*) e de consultoria orientada por uma filosofia de agregar valor e melhorar as operações da organização, auxiliando no alcance dos objetivos do Banpará, por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança corporativa.

Controles Internos e *Compliance*

A área de Controles Internos e *Compliance* busca assegurar que as atividades da Instituição sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente, diretrizes internas e alinhadas às boas práticas de governança corporativa.

Com foco no adequado gerenciamento dos riscos corporativos do Banpará, a gestão dos controles internos e conformidade está estruturada segundo os principais componentes do COSO (*Comitee of Sponsoring Organizations*). Dessa forma, os riscos capazes de afetar a realização dos objetivos estratégicos e de negócios do Banco são identificados, avaliados e respondidos no contexto do apetite a riscos estabelecidos pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, com o estabelecimento de atividades de controle para ajudar a assegurar, de forma adequada e oportuna, as respostas aos riscos avaliados.

O Programa de *Compliance* instituído no Banpará vem para fortalecer a cultura, alavancar os negócios e proteger a reputação do Banco.

Para a eficiência do sistema de controle interno e *compliance* são realizados monitoramento a partir da realização de contínuas avaliações independentes, visando resguardar a imagem, recursos e diminuir a ocorrência de perdas. As fragilidades identificadas geram contramedidas, os planos de ação, os quais são monitorados e os status reportados à Diretoria Colegiada, Comitê Estatutário Elegibilidade, Comitê Estatutário de Remuneração, Comitê Estatutário de Riscos, Comitê Estatutário de Auditoria e Conselho de Administração, mensalmente e trimestralmente, respectivamente.

Quanto a Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, com o objetivo de minimizar os riscos de utilização dos produtos e serviços na prática de atividades ilícitas, a instituição adota procedimentos internos de controle, fundamentados na Política Institucional de PLD-FT e metodologia de avaliação de risco de PLD-FT, com ferramentas de monitoramento, aplicação das políticas de identificação de clientes (conheça seu cliente, conheça seu funcionário e conheça seu fornecedor e prestador de serviços terceirizados) e avaliação de risco sob a ótica de PLD sobre os novos produtos, serviços e transações.

Ouidoria

A Ouidoria do Banpará presta atendimento aos clientes e usuários, em caráter recursal, ratificando ou esclarecendo situações já demandadas no atendimento preliminar, para as quais cumpre prazo de até 10 dias úteis estabelecido pela Resolução CMN nº 4.860/20 ou de 20 dias corridos para o atendimento de assuntos relacionados a Lei de Acesso à Informação nº 2.527/2011. Atua

Comentário do Desempenho

Relatório da **Administração 1T2021**



ativamente na prevenção e mediação de conflitos, de forma imparcial e célere, com respostas claras, objetivas e conclusivas, garantindo conquistas que refletem o comprometimento do Banpará com o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e o bom relacionamento com a sociedade.

Aplica avaliação direta da qualidade do atendimento prestado aos clientes e usuários, disponibilizando a linha 0800 280 9040 (DDG) ou por meio de ligação automática para o demandante, após o envio da resposta pela Ouvidoria. A avaliação que registra notas de 1 a 5, de acordo com o nível de satisfação para a solução apresentada e pela qualidade no atendimento da Ouvidoria, os registros de avaliação são encaminhados ao Bacen, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.860/2020. No 1º trimestre de 2021 foram analisadas 340 demandas, sendo 112 procedentes e 228 improcedentes. As demandas julgadas procedentes solucionadas são analisadas e submetidas à Alta Administração do Banco por meio de proposições nos Relatórios mensais, que objetivam melhorias dos processos operacionais dos produtos e serviços do Banpará.

A atuação da Ouvidoria se dá em consonância com a Resolução 4.860/2020 do Conselho Monetário Nacional; Carta Circular nº 3.503/2010 e Circular 3.778/2015 emitidas pelo Banco Central do Brasil; Instrução CVM nº 529/2012; Decreto Estadual nº 1.359/2015, que regula a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011; e atende ao Ofício Circular nº 06, de 09/06/2016 Gab/OGE/PA Ouvidoria Geral do Estado do Pará. Paralelamente aos normativos citados, a Ouvidoria é signatária da Autorregulação Bancária da Febraban que, pelo Sarb 022/2019 (SARB - Sistema de Autorregulação Bancária), exige das ouvidorias que ao menos 50% de suas reclamações sejam respondidas no prazo de 5 dias úteis. No 1º trimestre de 2021 tivemos 245 demandas atendidas em até 5 dias úteis, alcançando o percentual de cumprimento desse prazo em 72,06%, do total das 340 registradas.

Sustentabilidade e Ações sociais

Nossa estratégia de gestão visa ao fortalecimento econômico, social e ambiental do Estado do Pará, com base em critérios de sustentabilidade, assegurando a inclusão e disseminação de práticas socioambientais responsáveis nas ações diretas e indiretas, dentro e fora da Instituição, a fim de mitigar o risco socioambiental inerente aos nossos negócios, alinhados às melhores práticas de mercado.

Nossas diretrizes socioambientais estão em consonância com as normatizações dos órgãos reguladores. Os conceitos da Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA do Banpará atendem a regulamentação do Conselho Monetário Nacional, constante na Resolução 4.327/2014, no que tange às ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

Confeccionamos e aplicamos o questionário internamente e externamente para definição da nova materialidade do Banpará, que é o conjunto de assuntos que refletem os impactos econômicos, ambientais e sociais mais significativos para o Banco, para agregar ao nosso Relatório de Sustentabilidade referente ao ano de 2020, conforme Normas *Standard* da *Global Reporting Initiative* (GRI), como forma de valorizar a transparência e atender as diretrizes contidas na Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA e na Lei nº 13.303/2016.

Apoiamos programas voltados à responsabilidade socioambiental, alinhados à missão do Banco, acompanhamos o consumo de energia elétrica, papel e descartáveis. E, ainda, realizamos a distribuição de canecas aos colaboradores para mitigar o uso de descartáveis nas dependências do Banco e realizamos coleta seletiva periódica, ajudando a promover a sustentabilidade das cooperativas de catadores do Estado do Pará. No 1º trimestre de 2021 foram coletados por meio da coleta seletiva, aproximadamente, 1.977 kg de materiais recicláveis.

Da mesma forma, mantivemos o apoio aos projetos sociais realizados por instituições sem fins lucrativos: Casa do Menino Jesus, que acolhe crianças e adolescentes com câncer e outras patologias

Comentário do Desempenho

crônicas em tratamento na capital; e Espaço Nova Vida, que dá apoio e tratamento ao dependente químico.

Desenvolvimento Econômico e Social

O Banpará tem como diretriz criar valor para o Estado do Pará como Banco autossustentável, promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável. Nesse sentido, destacamos abaixo as principais linhas de crédito voltadas ao desenvolvimento econômico e social sustentável:

- **Fundo Esperança** – Criado em 20 de março de 2020, por meio da Lei Estadual nº 9.032 de 20/03/2020, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 618 de 20/03/2020 e alterado pelo Decreto Nº 1.352 de 04/03/2021, com o objetivo de conceder empréstimos as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no Estado do Pará afetadas pelas adversidades econômicas decorrente da Pandemia de COVID-19.

O Banpará é o agente financeiro do Fundo que tem ainda sua gestão compartilhada com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Mineração - SEDEME e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

As contratações, no ano de 2020, ocorreram no período de 27 de março de 2020 a 31 de agosto de 2020. No total foram liberados recursos na ordem de R\$154 milhões para aproximadamente 67 mil empreendedores. Além das contratações de 2020, foi vislumbrada a necessidade de continuação do Fundo devido ao agravamento da Pandemia no início de 2021, desta forma, foram abertas novas contratações no dia 17/03/2021, disponibilizando recursos no total de R\$ 150 milhões. Até a data de 31/03/2021 foram liberados R\$ 54.792.095,33.

- **CREDCIDADÃO** – Programa de microcrédito do Governo do Pará, instituído desde 2004 por meio da Lei Estadual nº 5.674 de 21/10/1991.

O Banpará é o agente financeiro do Fundo que tem ainda sua gestão compartilhada por meio de convênio com o órgão gestor Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito - NGPM e Secretaria de Estado de Planejamento e Administração - SEPLAD.

O Programa tem como objetivo a concessão de financiamentos a empreendimentos de micro e pequeno porte de pessoas físicas e jurídicas, buscando promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará, a geração de postos de trabalho e de renda e o resgate da cidadania. As contratações que ocorreram durante o ano de 2021, até o dia 31/03, totalizam R\$ 517.400,00.

- **Microcrédito** – O Banpará disponibilizou no 1º trimestre de 2021, com recursos próprios, mais de R\$ 4,75 milhões em cerca de 491 operações destinados a micro e pequenos negócios de pessoas físicas ou jurídicas, inclusive via linhas exclusivas a mulheres e aos mototaxistas.

As principais linhas de microcrédito com recursos próprios, Banpará Comunidade e Banpará Comunidade Mototaxista, ganharam importância neste trimestre, tendo uma maior visibilidade, tanto para o público interno quanto externo, com ações em redes sociais, parcerias com órgãos da sociedade civil, entre outros, tendo um aumento de mais de 4 vezes no volume de contratação em relação ao mesmo período de 2020.

- Nas linhas destinadas ao crédito rural e de repasse do BNDES, o Banpará teve como resultado o total de R\$1.102.011,53 em contratações. Os volumes financeiros correspondem a R\$ 260.100,00 em Crédito Rural e mais de R\$841.911,53 em operações do BNDES FINAME.

Comentário do Desempenho

Relatório da **Administração 1T2021**



Agradecimentos

As realizações alcançadas no 1º trimestre de 2021 são fruto da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

Diretor-Presidente

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva

Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo

Diretores

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes

Ruth Pimentel Mello

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho

Bruno Bitar Morhy

Chefe de Relações com Investidores e Governança Corporativa Interina

Larissa Wanghon Monteiro Raiol

Notas Explicativas



1T 2021

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de Banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (Patrimônio Líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pelos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento são:

Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);

Resolução CMN nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);

Notas Explicativas

Resolução CMN nº 4.524/16 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 R2);

Resolução CMN nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);

Resolução CMN nº 4.534/16 – Intangível (CPC 04 R1);

Resolução CMN nº 4.636/18 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);

Resolução CMN nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);

Resolução CMN nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);

Resolução CMN nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);

Resolução CMN nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

Resolução CMN nº 4.535/16 – Imobilizado (CPC 27);

Resolução CMN nº 4.877/20 – Benefícios a Empregados (CPC 33 R1);

Circular BACEN 3.959/2019 – Resultado por ação (CPC 41).

Resolução CMN nº 4.748/19 – Mensuração do Valor do Justo (CPC 46); e

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN passará adotar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Foram observadas ainda, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19, atualizada pela Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução BCB nº 2/2020 do BACEN, cujo principal objetivo é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards - IFRS*.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria do Banco em 11 de Maio de 2021.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Notas Explicativas

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 7 – Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota explicativa nº 9 – Determinação da vida útil econômica de alguns ativos;

Nota explicativa nº 12 (c) – Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade de perda e das estimativas quanto aos valores prováveis de desembolsos futuros;

Nota explicativa nº 16 – Cálculo de provisões para pagamentos de obrigações com planos de previdência complementar, devido a premissas atuariais; e

Nota explicativa nº 19 (b) – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados e diferenças temporárias absorvidas em um prazo previsível, quando aplicável.

a. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

Notas Explicativas

b. Moeda funcional

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

b. Caixa e equivalente a caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução CMN nº 3.604/08), caixa e equivalente de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de aplicação e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

Notas Explicativas

Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial e no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados são apropriados ao resultado. O Banco, em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como qualquer saldo registrado de operações dessa natureza.

Notas Explicativas

f. Relações interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão inclusos caixas e equivalentes de caixa.

Créditos com o Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS) são vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos de Compensações de Variações Salariais (CVS) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os Bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis,

Notas Explicativas

sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e a avaliação da Administração do Banco quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas do CMN/BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração do Banco na determinação dos riscos de crédito.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do Banco e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 7.2).

i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard

Notas Explicativas

e Bcard (bandeira própria). Estes valores são contabilizados em valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 8c).

j. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

k. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

l. Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; sistemas de transporte 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota 09.

Notas Explicativas

m. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados a manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534, de 24 de novembro de 2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 09.

n. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado, no mínimo, anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota 10.

Notas Explicativas

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis, são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidas contabilmente, apenas divulgadas em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de 5 anos do direito a execução.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota 12.

Notas Explicativas

q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases, observando-se a alteração da alíquota da CSLL, conforme Lei nº 13.169/15. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN Nº 4.842/2020 e CMN nº 4.192/2013, suportados por estudo de capacidade de realização.

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.424/2015.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

Conseqüentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Notas Explicativas

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09, apresentada como parte integrante das Demonstrações Contábeis.

u. Resultado recorrente e não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de 2 (dois) anos que antecedem e que sucedem a data base.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa tem a seguinte composição:

Contas	31.03.2021	31.12.2020
Caixa	181.458	199.597
Disponibilidades em moeda nacional	177.211	195.593
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.247	4.004
Equivalente de Caixa	2.214.990	1.069.988
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.214.990	1.069.988
Total	2.396.448	1.269.585

O montante de R\$ 2.396.448 em 31 de março de 2021 (R\$ 1.269.585 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de

Notas Explicativas

caixa. O aumento nas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez é reflexo do aumento de liquidez do Banpará.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	31.03.2021	31.12.2020
Aplicações - Mercado Aberto	2.214.990	1.069.988
Posição bancada	2.214.990	1.069.988
Letras Financeiras do Tesouro	1.194.989	833.985
Letras do Tesouro Nacional	729.999	186.001
Notas do Tesouro Nacional	290.002	50.002
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	703.697	731.500
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	703.697	731.500
Total	2.918.687	1.801.488

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	31.03.2021	31.03.2020
Posição Bancada	10.414	3.888
Posição Financiada	-	3.194
Depósitos Interfinanceiros	2.476	4.674
Total	12.890	11.756

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Classificação por tipo de papel

Títulos	31.03.2021	31.12.2020
Livres	972.378	865.390
Letras Financeiras do Tesouro	891.583	781.235
CVS	78.947	82.329
Cotas de fundos de investimento em participações (i)	1.848	1.826
Vinculados a operações compromissadas	35.527	167.112
Letras Financeiras do Tesouro	35.527	167.112
Vinculados ao Banco Central	24.972	-
Letras Financeiras do Tesouro	24.972	-
Vinculados à prestação de garantia	8.604	8.569
Letras Financeiras do Tesouro	8.604	8.569
Total	1.041.481	1.041.071
Circulante	960.686	956.916
Não Circulante	80.795	84.155

Notas Explicativas

(a) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de 12 anos podendo ser prorrogado por mais 3 anos.

b. Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Meses		Anos			31.03.2021	31.12.2020
	Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL
Títulos para negociação	-	316.616	286.082	336.678	21.310	960.686	956.916
Títulos públicos	-	316.616	286.082	336.678	21.310	960.686	956.916
Letras financeiras tesouro	-	316.616	286.082	336.678	21.310	960.686	956.916
Títulos Mantidos até o vencimento (a)	-	-	-	1.848	78.947	80.795	84.155
Títulos públicos	-	-	-	-	78.947	78.947	82.329
CVS	-	-	-	-	78.947	78.947	82.329
Títulos privados	-	-	-	1.848	-	1.848	1.826
Cotas de fundos de invest. em participações	-	-	-	1.848	-	1.848	1.826
TOTAL EM 31.03.2021	-	316.616	286.082	338.526	100.257	1.041.481	-
TOTAL EM 31.12.2020	484	184.942	173.921	408.483	273.241	-	1.041.071

(a) Não houve reclassificação entre categorias nos períodos findos em 31 de março de 2021 e de 31 de dezembro 2020. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

c. Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	31.03.2021		31.12.2020		31.03.2021	31.12.2020
	Custo Amortizado	Mercado	Custo Amortizado	Mercado	Ajuste	Ajuste
Para negociação	965.975	960.686	961.788	956.916	(5.289)	(4.872)
Letras financeiras do tesouro	965.975	960.686	961.788	956.916	(5.289)	(4.872)
Mantidos até o vencimento (a)	80.795	80.795	84.155	84.155	-	-
CVS	78.947	78.947	82.329	82.329	-	-
Cotas de fundos de invest. em participações	1.848	1.848	1.826	1.826	-	-

Notas Explicativas

(a) Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d. Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado.	Saldo		
	31.03.2021	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	960.686	960.686	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	78.947	-	78.947
Cotas de fundos de invest. Em participações.	1.848	1.848	-
Total	1.041.481	962.534	78.947

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado	Saldo		
	31.12.2020	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	956.916	956.916	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	82.329	-	82.329
Cotas de fundos de invest. Em participações	1.826	1.826	-
Total	1.041.071	958.742	82.329

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Notas Explicativas

Rendas com títulos e valores mobiliários

Contas	31.03.2021	31.03.2020
Rendas de títulos de renda fixa	5.461	9.903
Rendas com cotas de fundos de investimento	33	38
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	(425)	(226)
Total	5.069	9.715

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Contas	31.03.2021	31.12.2020
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	14.899	27.703
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	113.639	241.357
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	270.566	274.507
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	65.964	65.506
Depósitos compulsórios – Crédito rural Res. Bacen nº 3.310/2005	5.593	5.526
Total	470.661	614.599
Circulante	404.697	549.093
Não Circulante	65.964	65.506

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 65.964 em 31 de março de 2021 (R\$ 65.506 em 31 de dezembro de 2020). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

Notas Explicativas

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de Operação

	31.03.2021	31.12.2020
Operações de Crédito	6.667.810	6.269.511
Adiantamentos a Depositantes	448	1.014
Empréstimos	6.560.798	6.202.110
Outros Financiamentos	6.322	4.214
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	3.715	3.400
Financiamentos Imobiliários	96.527	58.773
Outras rubricas	59.733	57.837
Valores a receber relativos a transações de pagamento	45.178	48.300
Operações de Câmbio	14.555	9.537
Total da Carteira de Crédito	6.727.543	6.327.348
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(193.229)	(174.796)
Provisões constituídas	(190.702)	(172.410)
Outros Créditos (Nota 8)	(2.527)	(2.386)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	6.534.314	6.152.552
Circulante	1.953.093	1.841.364
Não Circulante	4.581.221	4.311.188

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	31.03.2021	31.12.2020
Pessoa Física	6.624.967	6.239.646
Consignados	4.981.966	4.748.857
Banparacard	1.314.921	1.249.288
Cheque especial	2.258	1.815
Cartão de crédito	15.226	12.930
Sazonais	44.382	1.143
Imobiliário	90.742	54.490
Outros	175.472	171.123
Pessoa Jurídica	102.576	87.702
Cheque empresarial	2.252	1.392
Capital de Giro	72.712	65.838
Imobiliário	5.786	4.282
Outros	21.826	16.190
Total	6.727.543	6.327.348

Notas Explicativas

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2021	31.12.2020
Parcelas Vincendas	1.045.385	5.288.769	60.696	57.193	66.823	15.790	14.460	46.737	77.590	6.673.443	6.272.333
Até 30 dias	27.187	172.303	7.772	3.585	5.722	766	1.683	1.312	3.407	223.737	213.192
31 a 60 dias	26.192	163.524	6.007	2.803	4.910	635	881	1.238	3.153	209.343	204.399
61 a 90 dias	10.773	58.783	4.052	1.624	4.495	438	520	867	1.999	83.551	187.038
91 a 180 dias	70.061	426.323	9.090	7.874	16.522	1.613	1.303	3.252	7.531	543.569	409.469
181 a 360 dias	130.964	742.403	10.629	12.733	10.444	2.451	2.014	5.499	11.619	928.756	859.101
Acima de 360 dias	780.208	3.725.433	23.146	28.574	24.730	9.887	8.059	34.569	49.881	4.684.487	4.399.134
Parcelas Vencidas	320	5.780	1.357	2.999	3.657	2.421	2.827	6.241	28.498	54.100	55.015
Até 14 dias	320	5.780	428	1.059	823	353	300	641	2.050	11.754	12.458
15 a 30 dias	-	-	929	378	449	193	91	85	283	2.408	2.875
31 a 60 dias	-	-	-	1.562	1.195	626	514	1.017	2.908	7.822	6.845
61 a 90 dias	-	-	-	-	1.190	379	401	677	1.360	4.007	5.398
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	870	1.521	3.821	9.009	15.221	12.749
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	12.888	12.888	14.690
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL EM 31.03.2021	1.045.705	5.294.549	62.053	60.192	70.480	18.211	17.287	52.978	106.088	6.727.543	-
TOTAL EM 31.12.2020	1.098.833	4.888.118	45.425	43.502	71.454	21.590	14.066	54.298	90.062	-	6.327.348

d. Por Setores de Atividade

Setores	31.03.2021		31.12.2020	
	Valor	%	Valor	%
Varejo Pessoas Físicas	6.620.610	98,41	6.236.350	98,56
Varejo Pessoas Jurídicas	96.902	1,44	83.392	1,32
Rural - Pessoa Física e Jurídica	3.715	0,06	3.400	0,05
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	6.316	0,09	4.206	0,06
Total	6.727.543	100,00	6.327.348	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	31.03.2021		31.12.2020	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	10.096	0,15	14.956	0,24
10 maiores devedores	46.012	0,68	36.511	0,58
20 maiores devedores	21.768	0,32	18.869	0,30
50 maiores devedores	40.305	0,60	37.492	0,59
100 maiores devedores	65.622	0,98	60.812	0,96
Demais devedores	6.543.740	97,27	6.158.708	97,33
Total	6.727.543	100,00	6.327.348	100,00

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Contas	31.03.2021	31.03.2020
Saldo no início do período	(172.410)	(145.246)
Provisões constituídas	(208.808)	(108.422)
Reversões de provisões	163.932	82.127
Valores baixados ou compensados com créditos	26.584	23.722
Saldo final do período	(190.702)	(147.819)
Outros créditos - Saldo no início do período	(2.386)	(1.172)
Provisões constituídas	(5.342)	(1.804)
Reversões de provisões	5.201	1.703
Outros créditos - Saldo no final do período	(2.527)	(1.273)
Saldo final do período	(193.229)	(149.092)
Circulante	(89.963)	(80.474)
Não Circulante	(103.266)	(68.618)

7.3. Movimentação da Carteira de Renegociação

Contas	31.03.2021	31.03.2020
Saldo no início do período	98.713	99.569
Renegociação	17.154	13.767
Recebimentos	(1.290)	(21.521)
Baixas	(10.249)	(1.971)
Saldo final do período	104.328	89.844
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	57.084	42.259
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	54,72%	47.04%

7.4. Rendas de Operações de Crédito

Contas	31.03.2021	31.03.2020
Adiantamento a depositante	57	206
Empréstimo	368.171	349.257
Financiamento com interveniência	313	12
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	9.454	14.317
Financiamentos rurais	34	67
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	1.334	10
Total	379.363	363.869

Notas Explicativas

8. Outros Créditos

Contas	31.03.2021	31.12.2020
Carteira de câmbio	15.408	9.290
Créditos a receber	3.717	2.745
Serviços prestados a receber	3.597	2.586
Serviços prestados em arranjo de pagamento	120	159
Créditos diversos	461.788	466.349
Adiantamento e antecipações salariais	11.290	4.568
Adiantamento para pagamento	199.483	213.948
Devedores por depósitos em garantia (a)	93.696	90.535
Imposto e contribuições a compensar	78.870	79.149
Pagamentos a ressarcir	1.855	1.733
Título e crédito a receber sem característica de concessão	4.229	4.285
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	45.178	48.300
Devedores diversos – País (c)	27.187	23.831
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(6.086)	(6.208)
Com característica de concessão de Crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(2.527)	(2.386)
Sem característica de concessão de Crédito (d)	(3.559)	(3.822)
Circulante	474.827	472.176

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 45.178 em 31 de março de 2021 (R\$ 48.300 em 31 de dezembro de 2020) e estão assim distribuídos:

Contas	31.03.2021	31.12.2020
BANPARÁ Mastercard	41.551	43.253
Valores a Faturar	6.734	7.383
Faturados a Receber	12.505	11.587
Parcelado Lojista a Agendar Bandeira	22.312	24.283
Cartão BANPARÁ	3.627	5.047
Parcelado sem juros	3.627	5.047
Total	45.178	48.300

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 27.187 em 31 de março de 2021 (R\$ 23.831 em 31 de dezembro de 2020), registrado principalmente pelos valores correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 3.559 em 31 de março de 2021 (R\$ 3.822 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

Contas	31.03.2021	31.03.2020
Saldo no início do período	(3.822)	(2.154)
Provisões constituídas	(1.549)	1.585
Reversões de provisões	1.812	(846)
Saldo final do período	(3.559)	(2.893)

9. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O intangível é composto basicamente por *softwares*, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e Equip. de Uso	Sistema de comunicação	Sist. Proc. Dados e Equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	350	56.774	22.268	9.601	100.757	10.702	171	200.623
Depreciação Acumulada	-	(36.089)	(12.689)	(4.669)	(82.810)	(6.057)	(171)	(142.485)
Líquido 31.12.2020	350	20.685	9.579	4.932	17.947	4.645	-	58.138
Aquisições	-	-	563	54	4	1.366	-	1.987
Baixas Custo	-	-	(30)	(11)	(84)	(5)	-	(130)
Baixas Depreciação	-	-	24	8	85	5	-	122
Depreciação	-	(285)	(456)	(223)	(1.852)	(222)	-	(3.038)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação Líquida	-	(285)	101	(172)	(1.847)	1.144	-	(1.059)
Custo	350	56.774	22.801	9.644	100.677	12.063	171	202.480
Depreciação Acumulada	-	(36.374)	(13.121)	(4.884)	(84.577)	(6.274)	(171)	(145.401)
Líquido 31.03.2021	350	20.400	9.680	4.760	16.100	5.789	-	57.079

Notas Explicativas

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros Ativos Intangíveis	Total
Custo	168.503	6.819	3.000	17.681	196.003
Amortização Acumulada	(54.508)	-	(250)	-	(54.758)
Líquido 31.12.2020	113.995	6.819	2.750	17.681	141.245
Aquisições	4	2.284	-	-	2.288
Baixas Custo	(3.003)	-	-	-	(3.003)
Baixas Amortização	3.003	-	-	-	3.003
Amortização	(7.729)	-	(375)	-	(8.104)
Transferências	-	-	-	-	-
Movimentação Líquida	(7.725)	2.284	(375)	-	(5.816)
Custo	165.504	9.103	3.000	17.681	195.288
Amortização Acumulada	(59.234)	-	(625)	-	(59.859)
Líquido 31.03.2021	106.270	9.103	2.375	17.681	135.429

10. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

10.1. Depósitos

a. Composição por tipo de depósito

Contas	31.03.2021	31.12.2020
Circulante	7.764.974	6.368.968
Depósitos à vista	1.183.406	988.318
Depósitos do público	285.735	271.552
Depósitos de instituições financeiras	437	437
Depósitos vinculados	9.944	2.556
Depósitos de Governo	887.290	713.773
Depósitos a prazo	4.974.272	3.745.506
Depósitos de poupança	1.367.085	1.396.112
Depósitos interfinanceiros	240.211	239.032
Não Circulante	2.055.496	2.107.852
Depósitos a prazo	2.055.496	2.107.852
Total	9.820.470	8.476.820

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução

Notas Explicativas

CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.03.2021	31.12.2020
Sem vencimento	1.183.406	1.173	-	1.367.085	2.551.664	2.385.576
Até 30 dias	-	57.842	-	-	57.842	62.485
De 31 a 60 dias	-	29.121	51.008	-	80.129	78.134
De 61 a 90 dias	-	73.463	-	-	73.463	128.397
De 91 a 180 dias	-	542.263	189.203	-	731.466	432.911
De 181 a 360 dias	-	4.270.410	-	-	4.270.410	3.281.465
Acima de 360 dias	-	2.055.496	-	-	2.055.496	2.107.852
Total	1.183.406	7.029.768	240.211	1.367.085	9.820.470	8.476.820

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.03.2021	31.12.2020
Sociedades ligadas	816.622	4.314.563	-	-	5.131.185	3.906.360
Pessoas físicas Invest.	177.755	1.103.256	-	1.337.872	2.618.883	2.643.817
Institucionais	-	2.011	-	-	2.011	2.002
Instituição Financeira	437	-	240.211	-	240.648	239.468
Pessoas jurídicas	110.042	1.172.167	-	29.213	1.311.422	1.407.565
Governo municipal	75.661	437.771	-	-	513.432	276.100
Outros	2.889	-	-	-	2.889	1.508
Total	1.183.406	7.029.768	240.211	1.367.085	9.820.470	8.476.820

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras Financeiras do Tesouro	31.03.2021	31.12.2020
Recompras a Liquidar - Carteira Própria	35.501	167.037
Total	35.501	167.037

Devido à alta liquidez apresentada pelo Banpará, as operações compromissadas sofreram redução, ou seja, não houve a necessidade de captação de letras financeiras do tesouro junto ao mercado.

Notas Explicativas

e. Despesas de captação

	31.03.2021	31.03.2020
Depósitos de poupança	(5.424)	(8.493)
Depósitos interfinanceiros	(1.179)	(1.948)
Depósitos a prazo	(29.289)	(39.530)
Depósitos judiciais	(15)	(14)
Operações compromissadas – Carteira própria e Terceiros	(411)	(4.713)
Letras financeiras	(774)	(2.704)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(2.834)	(1.972)
Total	(39.926)	(59.374)

11. EMISSÃO DE TÍTULOS

	31.03.2021	31.12.2020
Circulante	144.794	138.363
Recursos de Letras Financeiras	144.794	138.363
Não Circulante	4.205	11.382
Recursos de Letras Financeiras	4.205	11.382
Total	148.999	149.745

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações	31.03.2021	31.12.2020
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	31.285	106
Sociais e estatutárias	11.645	11.710
Fiscais e previdenciárias	41.948	33.490
Cheque administrativo	189	1.421
Obrigações por convênios	9.798	9.485
Passivo para risco - Tributário	7.398	7.363
Obrigações por prestação de serviços	38.406	37.259
Provisão para pagamentos a efetuar	78.150	75.868
Credores diversos – País (a)	17.953	10.149
Passivos para risco – Trabalhista	38.967	37.763
Passivo para risco – Cível	15.892	15.340
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	102	101
Obrigações por Transações de Pagamento	5.053	6.846
Obrigações por Serviços de Instituidores de Arranjo	993	979
Obrigações p/Fundos Finac. Desenv.	138	138
Total	297.917	248.018

Notas Explicativas

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo “Provisões”:

Contas	31.03.2021	31.12.2020
Circulante		
Provisão com Pessoal	30.816	23.229
Provisão com PLR	8.895	16.762
Provisão para outras despesas administrativas	36.513	34.142
Passivo para risco - Tributário	7.398	7.363
Passivos para risco – Trabalhista	38.967	37.763
Passivo para risco – Cível	15.892	15.340
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	102	101
Outros	1.926	1.735
Total	140.509	136.435

(a) O montante de credores diversos totaliza R\$ 17.953 em 31 de março de 2021 (R\$ 10.149 em 31 de dezembro de 2020), registrado principalmente pelos saldos de contas transitórias.

13. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS.

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável são provisionados e ajustados, mensalmente, de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão em 31 de março de 2021 é R\$ 15.892 (R\$ 15.340 em 31 de dezembro de 2020) e está depositado judicialmente o montante de R\$ 16.534 em 31 de março de 2021 (R\$ 16.185 em 31 de dezembro de 2020)

Notas Explicativas

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 60.326 em 31 de março de 2021 (R\$ 57.104 em 31 de dezembro de 2020) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco na ocasião da notificação judicial, quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 38.967 em 31 de março de 2021 (R\$ 37.763 em 31 de dezembro de 2020) e está depositado judicialmente o montante de R\$ 21.360 em 31 de março de 2021 (R\$ 18.819 em 31 de dezembro de 2020)

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 5.651 em 31 de março de 2021 (R\$ 5.485 em 31 de dezembro de 2020), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 31 de março de 2021 é R\$ 7.398 (R\$ 7.363 em 31 de dezembro de 2020) e está depositado judicialmente o montante de R\$ 55.638 em 31 de março de 2021 (R\$ 55.372 em 31 de dezembro de 2020)

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 19.525 em 31 de março de 2021 (R\$ 19.403 em 31 de dezembro de 2020), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Notas Explicativas

A Administração do Banco entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas decorrentes das demandas judiciais.

Movimentação das provisões para passivos contingentes

	31.03.2021			31.03.2020		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do Período	37.763	15.340	7.363	36.759	14.536	7.182
Atualização monetária	1.247	847	35	1.618	629	69
Constituições	356	202	-	1.651	69	-
Reversões	(130)	(273)	-	(217)	(951)	-
Pagamentos	(269)	(224)	-	(3.638)	(91)	-
No final do Período	38.967	15.892	7.398	36.174	14.192	7.251
Dep. judicial (R\$)	21.360	16.534	55.638	15.419	15.215	54.531

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	31.03.2021		31.12.2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977	9.519.433	99,977
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,008	755	0,008
Administradores	154	0,002	9	0,000
Demais Acionistas	1.307	0,013	1.452	0,015
Total	9.521.649	100,000	9.521.649	100,000

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de Ações	% Ações em circulação
ON	9.519.587	1.307	9.520.894	0,022

(1) compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima. Em 31 de dezembro de 2020 as ações em circulação totalizavam 2.062.

Notas Explicativas

14.2. Dividendos/Juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

15. GESTÃO DE RISCO

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos consiste em identificar, medir, avaliar, monitorar, controlar e relatar todos os riscos associados às operações do Banco, por meio da governança corporativa e de uma abordagem proativa de monitoramento contínuo dos riscos inerentes à estratégia de negócios.

Os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua são avaliados de forma contínua e integrada, por meio de cenários de estresse e do monitoramento dos apetites por riscos.

O principal objetivo é assegurar que os indicadores de riscos estejam dentro dos limites e métricas quantitativas e qualitativas estabelecidas na RAS, que configuram um elemento fundamental para o cumprimento do planejamento estratégico e orçamentário, de acordo com o tamanho e complexidade das operações.

No fechamento de 31 de março de 2021 o Banco manteve-se dentro dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos, não sendo necessária a ativação de nenhuma ação mitigadora dos Planos de Contingências.

Risco de Crédito:

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em

Notas Explicativas

instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros, e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Para a efetividade do gerenciamento do risco de crédito referente aos procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito o Banpará:

- Identifica os eventos, internos e externos, que influenciam o risco de crédito;
- Avalia os riscos, considerando a sua probabilidade e o impacto a fim de determinar o modo pelo qual deverão ser administrados;
- Controla e mensura os limites, os indicadores e os procedimentos estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas com eficácia;
- Realiza a avaliação e a reavaliação de risco de crédito, do cliente e da operação na concessão de crédito, por meio do Sistema de Avaliação de Risco Crédito de modo a não comprometer a qualidade da carteira de crédito. Além disso, visa reduzir a subjetividade na avaliação de risco, tendo por base a utilização de parâmetros e modelagens previamente definidos;
- O monitoramento é realizado através de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes;
- Mitiga realizando os testes de estresse de condições extremas de mercado são realizados a fim de permitir avaliar possíveis impactos de cenários adversos, mas plausíveis sobre a exposição assumida pela instituição, identificando assim potenciais vulnerabilidades;
- Reporte tempestivo das informações e análises sobre o risco de crédito à estrutura organizacional responsável por sua gestão na instituição, bem como as conclusões e providências adotadas.

O saldo total de crédito no mês de março atingiu R\$ 6.727.543 O crescimento apresentado em 31 de março de 2021 foi superior ao apresentado em 31 de dezembro de 2020, justificado, principalmente pelas novas contratações de crédito consignado.

Notas Explicativas

O Banco, por nível de risco, concentra 96,06% nos contratos de níveis de risco AA – C:

NÍVEL DE RISCO	31.12.2020	% CARTEIRA
AA	1.045	15,54%
A	5.295	78,70%
B	62	0,92%
C	60	0,90%
D	70	1,05%
E - H	195	2,89%

Risco de Mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. O risco de mercado origina-se da variação no valor dos ativos e passivos, causada por mudanças nos preços e taxas de juros, na variação cambial, nos preços de ações e mercadorias (commodities) e mudanças na correlação (interação) entre eles e nas suas volatilidades, para isto são monitorados a volatilidade, *duration* e valor exposto das carteiras.

Para identificar e mensurar as posições que expõem a Instituição ao risco de mercado é calculado e monitorado diariamente o VaR (*Value at Risk*) paramétrico e por tipo de carteira (bancária e negociação), fazendo uso da metodologia EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), para o horizonte de 1 du, com 95% de confiança. Segue abaixo valor exposto ao risco de mercado na carteira de negociação por fator de risco:

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação		
Fator de Risco	31.03.2021	31.03.2020
	Valor Exposto	Valor Exposto
PRÉ	2.194.995	50.638
USD	8.172	922
Euro	3.165	3.006
Cupmo IPCA	950	2.203
Número índice IPCA	864	922
Ações (Ibovespa)	618	247
Total	2.208.764	57.938

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade:

A análise de sensibilidade foi realizada para a carteira de negociação, a análise sensibilidade considerando o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada e moeda estrangeira (exposições sujeitas variação cambial)).

Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

- Cenário 1 - Situação Provável - os choques foram determinados a partir da diferença de taxas nos vértices 252 du e 1 du da curva de expectativa;
- Cenário 2 - Situação Possível - aplicou-se o percentual de 25% na taxa 252(aumento para taxa pré e redução para a taxa de câmbio), deteriorando-se desta forma o cenário base em 25%;
- Cenário 3 - Situação Remota - aplicou-se o percentual de 50% na taxa 252 (aumento para taxa pré e redução para a taxa de câmbio), deteriorando-se desta forma o cenário base em 50%.

Cenários	Fatores de Risco				Total da Perda			
	Taxa de Juros		Moedas USD*					
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	%PR	31.03.2020	%PR
Cen 1	(205)	(4)	(248)	(462)	(453)	-0,03%	(466)	-0,04%
Cen 2	(310)	(397)	(977)	(1.098)	(1.287)	-0,09%	(1.495)	-0,12%
Cen 3	(413)	(794)	(1.706)	(1.734)	(2.119)	-0,15%	(2.528)	-0,19%
					PR: 1.408		PR: 1.298	

* No Fator de Risco "Moedas USD", foi considerada a cotação de R\$ 5,6973 em 31/03/2021 e R\$ 5,1987 em 31/03/2020 (PTAX – venda – Bacen).

A análise de sensibilidade da carteira *trading* demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência, uma vez que a carteira de negociação é formada principalmente por operações compromissadas de curto prazo (1du) e pela carteira de câmbio (*spot*).

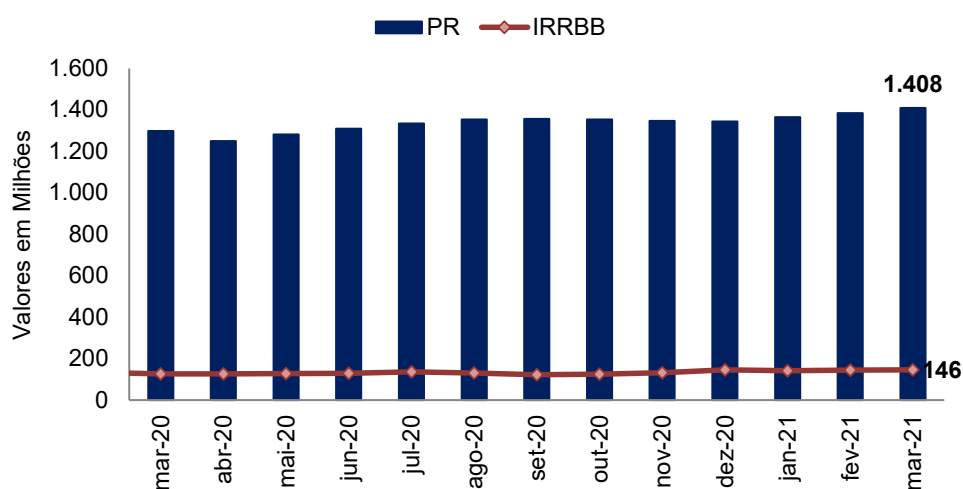
Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), o qual é definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

Notas Explicativas

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Dessa forma, considerando a metodologia de alocação de capital adotada pelo Banpará ($\text{IRRBB} = (\text{máx.}(\text{delta EVE}; \text{delta NII})) * 18\%$), segue resultado no gráfico abaixo, o qual nota-se que a metodologia se mantém quase que linear para o período entre o primeiro trimestre de 2020 e 2021.



Risco de Liquidez:

Com a finalidade de identificar o risco de liquidez, de forma prospectiva, o Banpará, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e suas alterações posteriores e Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, utiliza cenários antecipatórios aos riscos, que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente os riscos de liquidez, administrando a capacidade de pagamento da Instituição, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis.

O Banpará elabora cenários prospectivos, nos quais são consideradas situações normais e de estresses financeiros severos, capazes de determinar eventuais

Notas Explicativas

impactos em sua condição de liquidez. Diante dos efeitos gerados pela pandemia do Covid-19 algumas premissas foram readequadas com o objetivo de demonstrar a resiliência e capacidade da Instituição em absorver níveis de perdas em todos os cenários simulados, identificando os potenciais passivos capazes de causar exposições contingentes e inesperadas.

São realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 dias úteis, as quais permitem avaliar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, para isto é monitorado o índice de gap médio (IG), que possibilita a observação das projeções de entradas e saídas da Instituição, considerando a expectativa de rolagem de cada operação.

As posições de liquidez que possam influenciar na composição da margem mínima projetada são informadas aos Órgãos de Governança via relatórios mensais e extraordinários, com intuito de identificar situações que possam comprometer a liquidez da Instituição, levando em consideração tanto o seu planejamento estratégico quanto as condições de mercado.

Em 31 de março de 2021 o Banpará apresentou estabilidade quanto ao seu risco de liquidez, tendo em vista que os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, proporcionando tranquilidade para honrar saídas esperadas e inesperadas de recursos em cenários de normalidade e estresse financeiro.

Gerenciamento de Capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo e integrado do capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como: monitoramento do patrimônio de referência – PR e do montante dos ativos ponderados

Notas Explicativas

pelo risco – RWA; os impactos das oscilações das parcelas de RWA no Índice de Basileia e no Plano de Capital; o acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco; a realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) e quando da prospecção de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio; a elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de 05 anos e os reportes do processo de gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, que é realizado mensalmente ou tempestivamente.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – Dicri, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos - Nuple, pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro – Suris, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- Políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- Plano de Capital abrangendo o horizonte de cinco anos;
- Plano de Contingência de Capital;
- Declaração de Apetite por Riscos – RAS;
- Programa de Teste de Estresse;
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

Análise de Resultado de Capital no Exercício

Quando comparado a 31 de dezembro de 2020, observa-se uma redução no índice de Basileia de 0,24%, ocasionada principalmente pelo aumento em 5,12% na exposição dos ativos ponderados pelo risco – RWA, influenciado pelo aumento de 5,11% no RWA_{CPAD} , devido ao incremento das operações de crédito, o crescimento em 10,65% na parcela do RWA_{MPAD} , impactado pelo crescimento das operações da

Notas Explicativas

carteira de câmbio, e também pelo aumento 5% na parcela do RWA_{OPAD} (exposição ao risco operacional). Destaca-se o crescimento do PR em 4,83% em relação ao trimestre anterior em virtude de apuração de lucro para o período.

ÍNDICE DE BASILEIA	31.03.2021	31.12.2020
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	1.408.215	1.343.334
Nível I	1.408.215	1.343.334
Capital Principal	1.408.215	1.343.334
Capital Social	1.300.664	1.300.664
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucro	242.980	183.914
Ajustes Prudenciais	135.429	141.245
ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA*	6.758.354	6.429.428
Exposição ao Risco de Crédito - RWACPAD	6.047.045	5.752.829
Exposição ao Risco de Crédito - RWAMPAD	16.778	15.163
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixadas- RWAJUR1	2.540	1.326
Exposição ao Risco de Variação da Taxa dos Cupons de Moeda Estrangeira - RWAJUR3	1.682	1.750
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RWACAM	11.319	10.850
Exposição ao Risco de Variação do Preço de Ações - RWAACS	1.237	1.237
Exposição ao Risco Operacional - RWAOPAD	694.531	661.436
IRRBB	146.188	145.358
Valor de Margem Sobre PR**	636.879	603.253
ÍNDICE DE BASILEIA BANPARÁ - IB	20,84%	20,89%

* Os componentes RWA_{JUR2}, RWA_{JUR4} e RWA_{COM} não são demonstrados no quadro, pois o Banco não possui tais exposições.

** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB, conforme determina a Circular BCB nº 3.876/18 e alterações.

Os requerimentos de capital estão entre os principais instrumentos da regulação bancária que visa prevenir os bancos de tomarem riscos excessivos, e também ao proporcionar maior segurança ao sistema financeiro em momentos adversos da economia. A Resolução CMN nº 4.783/20 alterou os percentuais de ACP de Conservação (buffer), com o objetivo de ampliar a capacidade de concessão de crédito durante a pandemia do Covid-19, contudo tais alterações não afetaram o gerenciamento de capital do Banpará, uma vez que a margem sobre o Patrimônio de Referência tem como parâmetro gerencial o limite de 15% de IB estabelecido na RAS, Política Institucional de Gerenciamento de Capital e Plano de Contingência de Capital. O Banpará permanece com o Índice de Basileia bem acima do limite gerencial e limite estabelecido pelo Bacen.

Notas Explicativas

Os percentuais a serem aplicados ao montante RWA, por prazos determinados, para fins de apuração da parcela ACP_{Conservação} são:

- 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento), no período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021;
- 1,625% (um inteiro e seiscentos e vinte e cinco milésimos por cento), no período de 1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021;
- 2,00% (dois por cento), no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022;
- 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), a partir de 1º de abril de 2022.

ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL	31.03.2021	31.12.2020
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACP _{Conservação}	84.479	80.368
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP _{Contracíclico}	0,00	0,00
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP _{Sistêmico}	0,00	0,00

Informações adicionais sobre processos de controle de riscos estão no sítio: www.banpara.b.br, na rota: O BANPARA > Relações com Investidores > Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

16. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PLANO DE SAÚDE

16.1. Plano de suplementação de aposentadoria

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada atualmente pela Icatu Fundo Multipatrocinado, entidade fechada de previdência privada.

Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefícios denominado Prev Renda, estruturados na modalidade de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios:

- a) Renda temporária - considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e

Notas Explicativas

b) Benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que 96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Prev Renda.

Plano de benefício de complementação de aposentadoria:

Plano Contribuição Definida - PREVERENDA

Plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. Compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do Banco e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

O Plano de Contribuição Definida é regido pelo regulamento do Plano Prev Renda, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, concessão e manutenção dos benefícios, compostos pelos seguintes benefícios:

- a) Renda temporária;
- b) Benefícios por morte e por invalidez do participante ativo.
- c) Benefícios por morte do participante em gozo de benefício;
- d) Pecúlio por morte ou por invalidez.

As informações referentes as estatísticas do grupo de assistidos são atualizadas semestralmente, segue abaixo as informações atualizadas:

Notas Explicativas

	31.03.2021	31.03.2020
Participantes ativos		
Quantidade	1.283	1.227
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	8.525	8.050
Participantes assistidos		
Quantidade	91	90
Idade média (anos)	71	70
Benefício médio (R\$)	1.662	1.489
Pensionistas		
Quantidade	42	37
Idade média (anos)	57	56
Benefício médio	1.093	1.014

Os cálculos atuariais foram desenvolvidos em estrita observância aos itens do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 que tratam de benefícios pós-emprego e, mais especificamente, de planos de contribuição definida.

A base cadastral utilizada no presente estudo atuarial é composta por informações de participantes ativos, assistidos e dependentes, estando posicionada em 30 de novembro de 2020, sendo de boa qualidade e com as informações necessárias à elaboração do estudo atuarial.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes de receita:

- Contribuições mensais normais efetuadas pelos participantes ativos e auto patrocinados, ambas apuradas através da aplicação de um percentual sobre os seus respectivos salários de participação, de acordo com o plano anual de custeio.
- Contribuições facultativas de participantes ativos e auto patrocinados, constituídas por percentuais por eles livremente escolhidos e vertidas de forma continuada, mensalmente, ou apenas em caráter extraordinário, observados os seguintes limites: a) caso sejam mensais: no mínimo 1% (um por cento) e máximo de 15% (quinze por cento), aplicados sobre o salário de participação; b) caso sejam apenas de caráter extraordinário, no mínimo 20% (vinte por cento) do salários de participação e máximo determinado pela legislação aplicável.
- Contribuições mensais de participante ativos e auto patrocinados apuradas através da aplicação de um percentual sobre os respectivos salários-de-participação, destinadas a custear os benefícios de risco, de acordo com o plano anual de custeio.

Notas Explicativas

d) Contribuições mensais dos participantes ativos, auto patrocinados e optantes, e dos assistidos, apuradas através da aplicação de um percentual sobre os respectivos salários de participação ou sobre os respectivos benefícios, dependendo do caso, destinadas a custear as despesas administrativas, de acordo com o plano de custeio anual.

e) Contribuições mensais normais de patrocinadores, paritárias às dos participantes e apuradas através da aplicação de um percentual sobre os respectivos salários de participação dos participantes ativos a eles vinculados, de acordo com o plano anual de custeio, até o limite estabelecido no art. 87, inciso I, do regulamento do plano.

f) Contribuições mensais normais de patrocinadores, paritárias às dos participantes e apuradas através da aplicação de um percentual sobre os respectivos salários de participação dos participantes ativos a eles vinculados, destinadas a custear os benefícios de risco, de acordo com o plano anual de custeio, até o limite estabelecido no art. 87, inciso III, do regulamento do plano.

g) Contribuições mensais normais de patrocinadores, paritárias às dos participantes e apuradas através da aplicação de um percentual sobre os respectivos salários de participação dos participantes ativos a eles vinculados, destinadas ao custeio administrativo, de acordo com o plano anual de custeio, até o limite estabelecido no art. 87, inciso III, do regulamento do plano.

h) Rendimentos das aplicações financeiras.

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

a) Premissas biométricas

- Tábua de mortalidade geral: RP-2000 Geracional Escala AA, por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: TASA 1927;
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 por sexo;
- Tábua de serviço: gerada pela combinação das probabilidades das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o método dos Multidecrementos.

b) Premissas econômicas

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 4,30% a.a.;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano (para apuração

Notas Explicativas

de ganhos e perdas do exercício): 6,74% a.a., composta pela estimativa de inflação anual (de 4,30% a.a.) e pela taxa anual de juros (de 2,34% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2020;

- Taxa nominal do custo dos juros (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 6,74% a.a., composta pela estimativa de inflação anual (de 4,30% a.a.) e pela taxa anual de juros (de 2,34% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2020;
- Taxa de rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: 2,24 % a.a.;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Fator de capacidade para salários: 98,00%;
- Fator de capacidade para benefícios: 98,00%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,30% ao ano (expectativa de inflação usada nos estudos de aderência enviados pela entidade responsável pela gestão do plano de benefícios);
- Atualização monetária aplicada aos salários: Os valores informados no cadastro estão posicionados em dezembro de 2020.

c) Outras Premissas

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não aplicada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: cônjuge do sexo feminino 3 anos mais jovem e 2 filhos dependentes.

16.2. Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA

Os benefícios do Plano PREVRENDA estão estruturados em quotas, sendo reajustados pela variação da quota patrimonial. Desta forma, ganhos ou perdas patrimoniais são absorvidos pela atualização do valor da quota patrimonial, de forma que para este plano não estão previstas insuficiências financeiras. Além deste aspecto, os benefícios são concedidos como rendas temporárias se, como tal, fica eliminado o risco de sobrevivência. Pelo exposto, o risco atuarial inerente ao plano PREVRENDA está concentrado apenas na rubrica de benefícios a conceder, em relação aos quais está prevista, nos casos de invalidez e morte, aporte extraordinário de contribuições, se necessário, que complementar o saldo da conta do participante objetivando a concessão desses dois benefícios de risco.

O valor calculado, seguindo a norma descrita no parágrafo precedente, resultou em R\$ 658, estando, em 31 de dezembro de 2020, integralmente coberto pelo fundo de risco destinado à cobertura dos benefícios de risco (invalidez e morte), cujo saldo, na mesma data, é de R\$ 2.150. Desta forma, a diferença entre o valor do fundo de risco e o valor da obrigação atuarial resulta no superávit atuarial de R\$ 1.492, não havendo, por conseguinte, necessidade de provisionamento pelo Banco, nesta reavaliação, de passivo relativamente a este plano de benefícios.

16.3. Plano de saúde

O Banco oferece Plano de Saúde a seus funcionários ativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados, conforme tabela abaixo, incidente sobre a remuneração bruta. O Banco somente custeia valores quando os descontos aplicados aos funcionários forem insuficientes para suportar o valor mensal do contrato.

Notas Explicativas

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$1.793,20	2,50%
2	De R\$1.793,21 a R\$2.236,16	3,00%
3	De R\$2.236,17 a R\$3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642/10 e Resolução CMN nº 4.636/18, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias, praticadas no mercado, que variam de 101% a 110% do CDI.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantêm operações bancárias com esta Instituição Financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31.03.2021	31.12.2020
Estado do Pará	5.131.185	3.906.360
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº 10 c)	816.622	659.086
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	4.314.563	3.247.274

Notas Explicativas

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e Participações dos Administradores	31.03.2021	31.03.2020
Remuneração	571	586
Diretoria	416	422
Conselho de Administração	155	164
Participação nos Lucros e resultados	78	59
Administradores	78	59

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes nos artigos 6º e 7º da citada resolução.

Em 31 de março de 2021 o Banco possui o valor de R\$ 5.068 em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação Acionária:

Em 31 de março de 2021, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 154 ações.

18. SEGUROS

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 254.326.

Notas Explicativas

19. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E ATIVO FISCAL DIFERIDO

Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição

Social

DESCRIÇÃO	31.03.2021		31.03.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	82.256	101.424	84.324	104.326
Juros s/ Capital Próprio e Participações	-	-	-	-
Base de Cálculo	82.256	101.424	84.324	104.326
Adições (Exclusões)	52.536	33.290	36.251	16.189
Base de Cálculo	134.792	134.714	120.575	120.515
Alíquota Normal (15% e 20%)	20.219	26.943	18.086	19.957
Adicional do Imposto de Renda (10%)	13.473	-	12.051	-
IR e CSLL Devidos	33.692	26.943	30.137	19.957
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(809)	-	(723)	-
Incentivos Fiscais	-	-	(723)	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(207)	-	(216)	-
IR e CSLL a Pagar	32.676	26.943	28.475	19.957

A Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa n.º 1.942, de 27 de abril de 2020 ("IN 1.942"), que alterou o artigo 30 da Instrução Normativa n.º 1.700/2017, para regulamentar a cobrança da alíquota de 20% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aplicável a bancos de qualquer espécie e agências de fomento, a partir de 1º de março de 2020, por força da Emenda Constitucional nº 103/2019 de 12/11/2019.

a. Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativados

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo em 31 de março de 2021 de R\$ 171.654, relativo às diferenças temporárias de Provisões para Perdas Assoc. ao Risco, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio e Provisão para Ações Cíveis, ativadas nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 1º trimestre de 2021, sendo o total decorrentes

Notas Explicativas

da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 15% e 20% de CSLL, sendo janeiro e fevereiro de 2020 a 15% e a partir de março 20%.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das Provisões para Perdas Assoc. ao Risco será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.842/2020, de 30 de julho de 2020 e demais legislações emanadas do próprio Banco Central do Brasil - BACEN, Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Conselho Federal de Contabilidade - CFC, por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o 1º Trimestre de 2021:

Créditos Tributários	31.12.2020	31.03.2021		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - IRPJ	85.723	17.574	(7.964)	95.333
Diferença Temporária - CSLL	68.633	14.059	(6.371)	76.321
Total	154.356	31.633	(14.335)	171.654

Em 31 de março de 2021, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 31.633 e a realização de R\$ 14.335 de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária, provenientes de Provisões para Perdas Assoc. ao Risco, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio e Provisão para Ações Cíveis.

Notas Explicativas

Créditos Tributários	31.12.2020	31.03.2021		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária-Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	116.789	20.194	(10.465)	126.518
Diferença Temporária-Trabalhista	16.994	721	(179)	17.536
Diferença Temporária - s/Prov. Outros Créditos.	13.896	3.162	(3.216)	13.842
Diferença Temporária - s/Prov. Licença Prêmio	6.677	405	(475)	6.607
Diferença Temporária - s/Prov. Cíveis - IR	-	7.151	-	7.151
Total	154.356	31.633	(14.335)	171.654

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de Provisões para Perdas Assoc. ao Risco, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio e Provisão para Ações Cíveis:

Projeção de realização	2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2030	Total
Crédito Tributário de I.R	8.484	8.338	9.124	10.436	10.641	48.310	95.333
Crédito Tributário de C. Social	6.792	6.675	7.305	8.355	8.519	38.675	76.321
Total dos créditos	15.276	15.013	16.429	18.791	19.160	86.985	171.654
Taxa média de captação a.a. (%)	2,18	3,49	5,21	5,52	5,52	5,52	-
Valor presente do crédito tributário	(13.123)	(12.450)	(12.948)	(14.036)	(13.563)	(56.188)	-

b. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 31 de março de 2021 totalizam R\$ 4.140, reversão de R\$ 497, constituição de R\$ 1.085 e realização de R\$ 15.892. Em 31 de março de 2021, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Notas Explicativas

Contas	31.12.2020	31.03.2021				Ativo Fiscal Diferido
	Saldo	Reversão	Constituição	Realizado	Saldo	
Provisão para Ações Cíveis	15.340	(497)	1.049	(15.892)	-	-
Provisão para Riscos Fiscais	7.363	-	36	-	7.399	3.330
Provisão para Outros Valores e Bens	1.800	-	-	-	1.800	810
Total das Adições Temporárias	24.503	(497)	1.085	(15.892)	9.199	4.140

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

20.1. Outras receitas/despesas operacionais

Outras receitas operacionais	31.03.2021	31.03.2020
Recuperação de encargos e despesas	137	355
Atualização monetária de depósitos judiciais	794	1.126
Atualização monetária de valores ativos	8	1
Outros Créditos em Liquidação	1.812	846
Ordem de Pagamento em Moeda Estrangeira	1.515	2
Provisão Férias, 13 Salário e Lic. Prêmio	2.931	2.128
Ações Judiciais	895	4.896
Outros	243	289
Total	8.335	9.643

Outras despesas operacionais	31.03.2021	31.03.2020
Carteira imobiliária	(54)	(3)
Despesas de desc. Concedidos em renegociações.	(64)	(3)
Despesa atualização de impostos e contribuições	(1)	(2)
Atualização ações judiciais	(2.686)	(4.034)
Ações judiciais	(244)	(99)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	(335)	-
Ordens de pagamento em moedas estrangeiras	(795)	(48)
Outros créditos	(1)	(1)
Despesas de Outros créditos de liquidação	(1.548)	(1.585)
Outras	(275)	(225)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(664)	(577)
Total	(6.667)	(6.577)

Notas Explicativas

20.2. Resultado não operacional

Outras receitas e despesas	31.03.2021	31.03.2020
Recuperação de clonagem de cartões e boletos	30	74
Insubsistências passivas	24	23
Superveniências ativas	812	905
Diferença de caixa - mnp-05010202/a	45	25
Descumprimento de Contrato com Fornecedores	10	3
Outras receitas não operacionais	15	8
Insubsistências ativas	(2)	(115)
Clonagem de Cartões e Boletos	(1.564)	(1.589)
Superveniências passivas	(13)	(3)
Roubo por assalto	-	(453)
Outras Despesas não operacionais	(2)	(57)
Total	(645)	(1.179)

20.3. Receitas de prestação de serviços

Receita de Prestação de Serviços	31.03.2021	31.03.2020
Rendas de adm. de fundos de investimentos	19	27
Rendas de adm. fundos de desenvolvimentos	695	676
Rendas de transferências de fundos	350	725
Rendas de cobrança	195	248
Rendas de pacotes de serviços - PF	18.071	17.138
Rendas de serviços diferenciados - PF	266	211
Transferência internacional - Banpará Mastercard	2	5
Transferência nacional - Banpará Mastercard	981	857
Compensação de documentos	614	617
Rendas de outros serviços	3.985	1.223
Total	25.178	21.727

Notas Explicativas

20.4. Rendas de tarifas bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	31.03.2021	31.03.2020
Confecção de cadastro	13	20
Exclusão do cadastro emitentes cheques s/fundos	28	43
Contra ordem, posição e sustação de cheques	2	2
Fornecimento de folhas de cheque	10	13
Cheque Administrativo	-	1
Saque de conta depósitos à vista e de poupança	930	1.252
Fornecimento de extrato mensal ou de período	39	47
Transferência por meio Doc/Ted	486	114
Transf. Entre contas da própria instituição	26	36
Concessão de adiantamento a depositante	55	51
Cartão de crédito básico – anuidade	1.351	1.240
Cadastro	3	1
Contas de depósitos	2.212	1.867
Transferência de recursos	571	660
Operações de crédito	61	34
Comissão sobre seguros vendidos	-	62
Outras Rendas	375	944
DMUT – DETRAN	3	1.199
Convênio Empresas Privadas	708	615
Salário – Prefeitura Municipal	566	537
Convênios	433	553
Total	7.872	9.291

20.5. Despesa de pessoal

Despesas de Pessoal	31.03.2021	31.03.2020
Honorários	(610)	(616)
Encargos Sociais	(23.154)	(23.742)
Benefícios	(17.992)	(19.126)
Proventos	(66.387)	(68.873)
Remuneração de Estagiários	(453)	(508)
Treinamento	(413)	(592)
Total	(109.009)	(113.457)

Notas Explicativas

20.6. Outras despesas Administrativas

Outras Despesas Administrativas	31.03.2021	31.03.2020
Água e Energia	(2.861)	(2.767)
Aluguéis	(7.819)	(5.534)
Comunicações	(11.454)	(8.353)
Contribuições Filantrópicas	(110)	(101)
Manutenção e Conservação de Bens	(5.393)	(4.175)
Material	(1.180)	(663)
Processamento de Dados	(26.014)	(19.082)
Promoções e Relações Públicas	(153)	(5.652)
Propaganda e Publicidade	(7.003)	(1.658)
Publicação	(18)	(387)
Seguro	(156)	(184)
Serviços do Sistema Financeiro	(8.826)	(9.555)
Serviços de Terceiros	(3.436)	(2.643)
Serviços de Vigilância	(13.759)	(12.431)
Serviços Técnicos Especializados	(624)	(1.042)
Transportes	(6.510)	(7.656)
Viagens	(33)	(23)
Outras Despesas Administrativas	(1.916)	(1.672)
Amortização	(8.104)	(4.177)
Depreciação	(3.038)	(3.470)
Total	(108.411)	(91.225)

20.7. Despesas tributárias

Despesas Tributárias	31.03.2021	31.03.2020
Outras Despesas Tributárias	(868)	(819)
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza - ISS	(1.652)	(1.551)
Contribuição ao COFINS	(15.442)	(14.001)
Contribuição ao PIS/PASEP	(2.509)	(2.275)
Total	(20.471)	(18.646)

Notas Explicativas

21. Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado de 2,75% e o IPCA de 3,43% acumulado ao ano. Segue abaixo os efeitos esperados:

Operação - CDI	Base 31.03.2021	Cenário Provável (2,75%)	Cenário Possível - Estresse 25% (3,44%)	Cenário Remoto - Estresse 50% (4,13%)
Disponibilidades	181.458	4.990	6.242	7.494
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	2.918.687	80.264	100.403	120.542
Títulos e Valores mobiliários	1.041.481	28.641	35.827	43.013
Depósitos	9.820.470	270.063	337.824	405.585
Operação - IPCA	Base 31.03.2021	Cenário Provável (3,43%)	Cenário Possível - Estresse 25% (4,29%)	Cenário Remoto - Estresse 50% (5,15%)
Provisão para Contingências	62.359	2.139	2.675	3.211

Para Provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a análise de sensibilidade busca medir o efeito do aumento da provisão para fazer face as perdas em função do incremento percentual de 150% dos ativos problemáticos. No incremento, a despesa de provisão estimada é de R\$ 47.061 e o resultado do banco sofrerá impactos decorrentes desse aumento, conforme demonstrativo a seguir.

Cenário Atual	Saldo	Ativo Problemático	Provisão
AA	1.045.705	-	-
A	5.294.547	-	-
B	62.054	-	-
C	60.192	-	-
D	70.478	-	-
E	18.212	4.726	1.417
F	17.287	6.183	3.092
G	52.978	21.105	14.773
H	106.090	74.845	74.845
Total	6.727.543	106.859	94.127

Notas Explicativas

Aumento 150% Ativo Problemático	160.289
----------------------------------------	----------------

Cenário Estresse	Saldo	Ativo Problemático	Complemento de Provisão
E	7.089	2.127	708
F	9.276	4.638	1.545
G	31.657	22.159	7.386
H	112.267	112.268	37.422
Total Ativo Problemático	160.289	141.192	47.061

22. Resultados Não Recorrente

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco do Estado do Pará, em 31 de março de 2021 e 2020, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

Notas Explicativas

23. Outras Informações

No curso normal das atividades de fiscalização das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o Banco Central do Brasil (BACEN) vem realizando fiscalizações no Banpará, com procedimento de controle na área de tecnologia, operações de crédito e tributos, cujos procedimentos adotados, conforme entendimento do órgão regulador, foram tratados e estão sendo acompanhados pela administração do Banco.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial -

KPMG Auditores Independentes

Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506 Ed. Evolution - Bairro Umarizal

66055-200 - Belém/PA - Brasil

Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil Telefone +55 (91) 3321-0150

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administração do Banco do Estado do Pará S.A.

Belém - PA

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021 que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR do Banco, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 11 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC PA-000742/F

Anderson Luiz de Menezes

Contador CRC MG-070240/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo nº 163 da Lei nº 6.404/76, tendo examinado as Demonstrações Contábeis do período findo em 31 de março de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição no período. Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém (PA), 13 de Maio de 2021.

Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis do período findo em 31 de Março de 2021 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém (PA), 11 de Maio de 2020.

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva
Diretor Presidente

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho
Diretor

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes
Diretor

Ruth Pimentel Mello
Diretora

Bruno Bitar Morhy
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao período findo em 31 de março de 2021 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 11 de Maio de 2021.

Diretoria Colegiada

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva
Diretor Presidente

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho
Diretor

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes
Diretor

Ruth Pimentel Mello
Diretora

Bruno Bitar Morhy
Diretor